



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

RAÍSSA AMORIM DE ARAÚJO SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E O
MULTILATERALISMO DURANTE O GOVERNO TRUMP**

BRASÍLIA

2021

RAÍSSA AMORIM DE ARAÚJO SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E O
MULTILATERALISMO DURANTE O GOVERNO TRUMP**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor Claudio Tadeu Cardoso Fernandes

BRASÍLIA

2021

RAÍSSA AMORIM DE ARAÚJO SANTOS

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E O
MULTILATERALISMO DURANTE O GOVERNO TRUMP**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Professor Claudio Tadeu Cardoso Fernandes

BRASÍLIA, ___/___/___

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

“Pois dEle, por Ele e para Ele são todas as
coisas. A Ele seja a glória para sempre!

Amém.”

- Romanos 11:36

RESUMO

O multilateralismo é “a prática de coordenar as políticas nacionais em grupos de três ou mais estados” (KEOHANE 1990: 731, apud JAUREGUI, 2013). O objetivo do presente trabalho é analisar como a política externa de Donald Trump afetou o multilateralismo, bem como examinar quais são os pontos de continuidade e descontinuidade da política externa de Joe Biden, o sucessor. Propõe-se apresentar o contexto histórico do multilateralismo, e utilizar as teorias, Realismo Ofensivo (MEARSHEIMER, 1994), Interdependência Complexa (KEOHANE; NYE, 2000) e Nacionalismo (HOBSBAWM, 1990) para compreender o funcionamento do sistema internacional, bem como da política externa americana. Diante dessa ótica, as políticas de Joe Biden se distanciam em grande parte das políticas de Trump, com isso observou-se que a política externa americana oscila entre o unilateralismo e o multilateralismo, visando sempre manter o establishment americano, tendo como principal preocupação no século XXI o avanço chinês sobre o globo.

Palavras-chave: Multilateralismo; política externa americana; Donald Trump; sistema internacional; Joe Biden.

ABSTRACT

Multilateralism is "the practice of coordinating national policies in groups of three or more states" (KEOHANE 1990: 731, apud JAUREGUI, 2013). The purpose of this paper is to analyze how Donald Trump's foreign policy has affected multilateralism, as well as to examine what are the points of continuity and discontinuity in the foreign policy of Joe Biden, the successor. It is proposed to present the historical context of multilateralism, and use the theories, Offensive Realism (MEARSHEIMER, 1994), Complex Interdependence (KEOHANE; NYE, 2000) and Nationalism (HOBSBAWM, 1990) to understand the functioning of the international system, as well as American foreign policy. From this perspective, Joe Biden's policies largely distance themselves from Trump's policies, with this we observed that American foreign policy oscillates between unilateralism and multilateralism, always aiming to maintain the American establishment, with the Chinese advance over the globe as the main concern in the 21st century.

Keywords: Multilateralism; American foreign policy; Donald Trump; international system; Joe Biden.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL	10
1.1. Regimes Internacionais e Instituições multilaterais	10
1.2 Teoria da Interdependência Complexa	19
1.3 Teoria do Realismo Ofensivo	21
1.4 Nacionalismo durante os séculos XX e XXI	23
2 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP	25
3 MULTILATERALISMO versus UNILATERALISMO NA POLÍTICA EXTERNA RECENTE DOS ESTADOS UNIDOS: possíveis continuidades e descontinuidades	41
3.1 Meio Ambiente	45
3.2 Economia	46
3.3 Direitos Humanos	50
3.4 Relações Bilaterais	51
3.4.1 Estados Unidos e China	51
3.4.2 Estados Unidos e Coreia do Norte	53
3.4.3 Estados Unidos e Afeganistão	55
3.4.4 Estados Unidos e África	57
3.4.5 Estados Unidos e América Latina	58
3.5 Segurança Internacional	62
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, após as duas grandes guerras mundiais, medidas multilaterais, bem como instituições multilaterais, eram a grande aposta da maioria dos Estados no sistema internacional para alcançar a paz e estabilidade. Esse multilateralismo formado e impulsionado pelos Estados Unidos, foi o sistema que prevaleceu, visto que no fim da Segunda Guerra, foi um dos países vitoriosos, não estava devastado, e detinha um forte poder de influência sobre os demais Estados, pois estava economicamente e industrialmente fortalecido, tornando-se a principal superpotência.

Mesmo com a rivalidade da União Soviética, a outra superpotência durante a Guerra Fria, o multilateralismo permaneceu como a melhor forma de administrar o sistema internacional e as relações exteriores entre os Estados. Ao longo do século XXI, com a intensificação da interdependência, a necessidade de se utilizar do multilateralismo para solucionar os problemas globais, se mostrou mais urgente, e a atual pandemia do vírus COVID-19, tem mostrado isso claramente.

Nesse sentido, ao observarmos a política externa americana recente, é paradoxal que a maior potência mundial, e idealizador do principal órgão multilateral, a Organização das Nações Unidas, esteja priorizando o unilateralismo como solução para questões globais.

Diante dessa situação, a pesquisa buscará responder a seguinte questão: Em que medida o multilateralismo foi afetado na política externa do governo Trump e quais são os elementos, de continuidade e descontinuidade da política externa do atual governo dos Estados Unidos? Nesse contexto, será analisado a Política Externa do Governo Donald Trump, e como ele lidou com o multilateralismo, comparando-o com o vigente Governo Joe Biden, para entender como a política externa estadunidense se movimentou e está se movimentando no atual sistema internacional, em relação ao unilateralismo e multilateralismo. A metodologia utilizada para este trabalho será de cunho bibliográfico tendo em vista que a base material de análise será principalmente desenvolvida com base em livros, artigos, periódicos científicos, discursos de líderes políticos, e jornais especializados.

A estrutura da pesquisa foi dividida em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, denominado “Referencial teórico e conceitual” será estabelecido o contexto histórico do multilateralismo desde o cosmopolitismo de Immanuel Kant, passando por toda trajetória do desenvolvimento do multilateralismo, e formação da atual ordem internacional, com os Estados Unidos como potência mundial. Para isso, será definido as

teorias que servirão com base para os capítulos posteriores, sendo elas Interdependência Complexa (KEOHANE; NYE, 2000), Realismo Ofensivo (MEARSHEIMER, 1994) e Nacionalismo (HOBSBAWM, 1990) durante os séculos XX e XXI.

O capítulo 2, intitulado “A Política Externa do Governo Trump” tem como objetivo definir a política de Donald Trump, com base em uma descrição de seus pronunciamentos e ações, durante os 4 anos de mandato, pontuando os impactos da sua política no sistema internacional, e analisando como e se ele utilizou o multilateralismo para conduzir as relações exteriores americanas.

No terceiro capítulo, nomeado “Multilateralismo versus Unilateralismo na Política Externa recente dos Estados Unidos: possíveis continuidades e discontinuidades” buscará a aplicação das teorias abordadas no capítulo 1, com o intuito de explicar a abordagem utilizada pelo Governo Trump para conduzir suas ações, como também o funcionamento do atual sistema internacional. Estabelecido esses pontos, será examinado as ações de política externa realizadas pelo presidente Joe Biden até o presente momento, nas seguintes áreas: Meio Ambiente, Economia, Relações Bilaterais e Segurança Internacional. Assim como, se definirá o seu perfil de governo, para indicar quais as medidas tomadas por Trump que foram e serão mantidas ou abandonadas pela administração Biden-Harris, a fim de elucidar como funciona o movimento da política externa americana recente.

1 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

O presente capítulo tem como objetivo descrever o desenvolvimento do multilateralismo ao longo da história das relações internacionais, bem como definir o que são os regimes internacionais e instituições multilaterais.

Com o propósito de estabelecer os pilares de argumentação dos próximos capítulos, serão expostas duas teorias de Relações Internacionais, mais especificamente: Interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 2000) e Realismo Ofensivo (MEARSHEIMER, 1994).

1.1. Regimes Internacionais e Instituições multilaterais

O atual sistema internacional multilateral é resultado de um longo processo histórico, que teve origem com o fim da Guerra dos 30 anos, e a Paz de Vestfália, assinada em 24 de outubro de 1648, que legitimou o princípio da soberania estatal, concedendo aos Estados, recém consagrados, autonomia sobre seu território, dessa forma, criou-se um sistema de poder anárquico. Nesse contexto, com a ausência de um ente soberano, o novo sistema estatal tendia para a luta pela sobrevivência e conseqüentemente para a guerra.

O surgimento desse novo mundo, mostrou a necessidade de compreendê-lo melhor, tendo em vista as diversas transformações políticas, sociais e econômicas que estavam ocorrendo na época, como por exemplo a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos da América.

E entre os autores desse período, destaca-se Immanuel Kant. Ele foi um dos primeiros teóricos a pensar a relação estatal de maneira universal.

Em seu projeto filosófico “A Paz Perpétua”, existiam três dimensões do direito: “o direito estatal, isto é, o direito interno de cada Estado, o direito das gentes, isto é, o direito das relações dos Estados entre si e dos indivíduos de um Estado com os do outro”, e o “direito cosmopolita, direito dos cidadãos do mundo, que considera cada indivíduo não como membro de seu Estado, mas como membro, ao lado de cada Estado, de uma sociedade cosmopolita” (KANT apud NOUR, 2003, p.15).

O cosmopolitismo kantiano, era limitado a hospitalidade universal, isto é, todo cidadão de um Estado, que chegasse a outro, não deveria ser tratado com hostilidade, pois todos têm o direito sobre si, o direito à liberdade. A superfície terrestre se tornou um bem universal, do direito público. Kant, ainda afirma que as partes mais afastadas do mundo podem estabelecer relações pacíficas entre si, tornando-se legais e públicas, dessa forma,

aproximando o ser humano da constituição cosmopolita (KANT, 1795, p. 20, 21). Logo, para Immanuel Kant, o cosmopolitismo era o elemento chave para alcançar a paz perpétua, mas isso só seria possível, se o gênero humano concordasse com isso.

A ideia cosmopolita de Kant, foi o embrião do direito internacional, bem como das organizações internacionais, pois ao propor que as Repúblicas se tornassem uma Federação de Estados, ele alegava que o tratado de paz colocava fim à guerra, mas não ao estado de guerra, de outro modo, não estabelecia um fim a “possibilidade de encontrar um novo pretexto para a guerra”. Então nasce a necessidade de criar a federação da paz, que poria fim não só a guerra, como também a todas as outras guerras. Logo, a proposta da Federação seria “manter e garantir a paz de um Estado para si mesmo e, ao mesmo tempo, a dos outros Estados federados, sem que estes devam por isso submeter-se a leis públicas e à sua coacção” (KANT, 1795, p. 18).

Essa Federação de Estados idealizada por Kant, mais tarde ficou conhecida como multilateralismo, definida por Robert Keohane como “a prática de coordenar as políticas nacionais em grupos de três ou mais estados” (KEOHANE 1990: 731, apud JAUREGUI, 2013).

Com isso, é possível verificar a forte influência do cosmopolitismo kantiano na formação das primeiras organizações internacionais, porque da mesma maneira que Kant idealizou a federação de Estados, com o objetivo de pôr fim ao estado de guerra, a criação das OI's, se deu justamente em um período de grande turbulência no sistema internacional, após a Primeira Guerra Mundial, em que a possibilidade de haver outra guerra da mesma proporção ou maior que a primeira era muito grande.

No decorrer dos anos, na Europa, após a Paz de Vestfália, houve, o que Eric Hobsbawm (1977) chama de “dupla revolução”, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, bem como a ascensão e queda do Império de Napoleão. Com o declínio do império napoleônico, foi necessário reconstruir a ordem política européia e redesenhar o mapa europeu, para isso as principais potências da época, Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria, se reuniram, em 1815, no Congresso de Viena, para diplomaticamente, reorganizar a europa. Eles exerceram uma espécie de hegemonia coletiva e flexiva, pois nenhum desses Estados detinha poder absoluto para se tornar o hegemón daquele período, dessa forma, mantendo um equilíbrio no sistema de Estados. O Congresso de Viena foi um marco na história das relações internacionais, visto que foi a primeira iniciativa multilateral entre os Estados europeus, do mundo moderno (CERVO, 2008).

No decorrer do século XIX, ocorreram diversos fatores como guerras, revoluções, unificações, que colaboraram para a eclosão da Primeira Guerra Mundial, no início século XX. Após a vitória da Alemanha sobre a França, na Guerra Franco-Prussiana, o Primeiro Ministro da Prússia estabeleceu uma aliança com a Itália e a Áustria-Hungria, para determinar acordos militares, comerciais e financeiros, e ficou conhecido como Tríplice Aliança. Do outro lado, a França temendo a expansão alemã, formou uma aliança semelhante com a Inglaterra e a Rússia, e ficou apelidada de Tríplice Entente. A tensão entre as duas alianças cresceu na região dos Balcãs e despontou em 1914 com a morte do herdeiro do trono austro-hungaro, Francisco Ferdinando, iniciando a Primeira Guerra Mundial, que teve fim em 1918. E em 1919, foi selado o Tratado de Versalhes, formulado na Conferência de Paz de Paris, que foi liderada pelos Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido, com os objetivos de selar a paz e impor duras sanções à Alemanha. (DOPCKE, 2008).

Na Conferência de Paris, o medo de que houvesse outra guerra, pior que a primeira, era grande, por isso, com um amplo apoio populacional, foi criada a Liga das Nações, com a finalidade de manter a paz e resolver conflitos internacionais. A base da Liga das Nações era moldada por princípios liberais pacifistas, idealizados por Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos em 1918. Então nesse momento, a diplomacia, a segurança e a cooperação tornaram-se prioridade. E primando pela igualdade dos Estados, o processo decisório era democrático. A estrutura institucional da Liga, foi o embrião dos vários órgãos que existem hoje no sistema internacional.

Ademais, o período entre-guerras, foi marcado por uma crise social, política e econômica, com essa conjuntura internacional, a necessidade de entender o que acontecia no sistema, se tornou de extrema importância, e em 1919, na Universidade de Gales, surge então a primeira cátedra e departamento em Relações Internacionais. Simultaneamente, em Nova York, Londres, Genebra, nascem centros de estudos de questões internacionais. A partir disso, surgem as teorias de Relações Internacionais, para explicar e entender a realidade internacional, as quais serão usadas neste trabalho para compreender o multilateralismo do século XIX.

Tornando a Liga das Nações, após sua criação até 1930, ela obteve um bom desempenho nas relações diplomáticas e na mitigação de conflitos, porém em 1931, com a crise na Manchúria e na Etiópia, esse desempenho foi massacrado. Pois expôs os procedimentos cautelosos, demorados, ineficazes, bem como a falta de legitimidade e o excesso de democracia.

Em suma, e analisando este período, Chikvaidze (2020), argumentou que

A Primeira Guerra Mundial marcou um divisor de águas em muitos aspectos, e um deles foi o fim da velha ideia de que a política de equilíbrio de poder poderia ser uma garantia sustentável e de longo prazo da paz. Uma ordem internacional alternativa era necessária e assim surgiu o multilateralismo,... (CHIKVAIDZE, p. 130, 2020, tradução livre).

Em estudo, com o avanço tecnológico, o aumento da circulação de pessoas e das relações econômicas, entre os Estados nação, o sistema de Estados ficou interdependente, isto é, os problemas que aconteciam em um Estado passaram a afetar os Estados vizinhos. Logo, as questões que implicavam apenas um país, se tornaram questões bilaterais e até multilaterais.

Em 1933, com a ascensão de Hitler e do partido nazista ao poder na Alemanha, o país se reergueu e se fortaleceu militarmente, expandindo seu alcance territorial, até chegar na Polônia, onde eclodiu a Segunda Guerra Mundial. Vários países se envolveram no decorrer da guerra, mas os principais eram os Aliados, composto por Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos, e o Eixo, constituído pela Alemanha, Itália e Japão.

Durante a Segunda Guerra, foram realizadas algumas Conferências e também a formação de tratados. O primeiro deles foi a Carta do Atlântico, em 1941, em que o Presidente Franklin D. Roosevelt, dos Estados Unidos, e o Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill, declararam princípios que tinham em comum, sendo eles:

“1- Os seus respectivos países não procuram nenhum engrandecimento, nem territorial, nem de outra natureza.

2- Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos.

3- Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força.

4- Com o devido às suas obrigações já existentes, se empenharão para que todos os estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias primas do mundo, de que precisem para a sua prosperidade econômica.

5- Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações, com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social.

6- Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privações.

7- Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos.

8- Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o emprego da força. Em razão de ser impossível qualquer paz futura permanente, enquanto nações que ameaçam de agressão fora de suas fronteiras - ou podem ameaçar, - dispõem de armamentos de terra, mar e ar, acreditam que é impossível que se desarmem tais nações, até que se estabeleça um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral. Eles igualmente prestarão todo auxílio e apoio a medidas práticas, tendente a aliviar o peso esmagador dos armamentos sobre povos pacíficos." (CARTA DO ATLÂNTICO, 1941).

Os princípios descritos na Carta, foram os primeiros movimentos para a formação da Organização das Nações Unidas. A principal preocupação era com a segurança global, visto que após uma guerra devastadora, outra, ainda maior, estava em curso.

Após a entrada dos Estados Unidos na guerra, e o ataque do Japão aos americanos em Pearl Harbor, novamente o Presidente Roosevelt e o primeiro ministro Winston Churchill, se encontraram, na Conferência de Washington, em 1942, para traçar uma estratégia de guerra contra o Eixo. Em 1944, o Eixo sofreu uma derrota com a invasão dos Aliados na Normandia. Nesse mesmo ano, ocorreu a Conferência de Dumbarton Oaks, onde os Estados, Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética e China, debateram a respeito da substituição da Liga das Nações, buscando alternativas para o estabelecimento da paz e segurança mundial. Foi proposta a criação de uma nova Organização Internacional Multilateral, e ficou acordado que a estrutura seria constituída com: Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Tribunal Internacional de Justiça e Secretariado. E a função do Conselho de Segurança, seria evitar conflitos de amplitude global, e a Assembleia Geral promoveria a cooperação internacional. E para que essa organização não fracassasse como a Liga das Nações, agora os Estados parte da organização deveriam colocar as forças armadas de seu país, a serviço do Conselho de Segurança.

O fim da Segunda Guerra, foi em 1945 quando os soviéticos libertaram a Polônia e ocuparam Berlim. Nesse ínterim, os líderes Stalin, Churchill e Roosevelt, se reuniram em Ialta, para fixar os pontos da nova ordem internacional, delimitar a divisão dos territórios e

reafirmar o princípio da autodeterminação dos povos. Os três líderes assinaram um documento afirmando a paz e o fim da guerra.

E ainda neste ano, houve a Conferência de Potsdam, que contou com a presença dos representantes dos EUA, Harry Truman, Inglaterra, Clemente Attlee, e da União Soviética, Josef Stalin. Seu objetivo foi dividir o território alemão, no qual “estabeleceram um Conselho de Ministros das Relações Exteriores e um Conselho de Controle Aliado central para a administração da Alemanha. Os líderes chegaram a vários acordos sobre a economia alemã, punição para criminosos de guerra, limites de terras e reparações”¹.

Após essa série de Conferências e acordos entre as nações, foi elaborada a Carta das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco, e assinada por 50 países, dando origem a atual Organização das Nações Unidas, que só começou a de fato existir, em 24 de outubro de 1945, depois da ratificação dos cinco principais países, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética.

A Organização das Nações Unidas foi estruturada em cinco órgãos: Conselho Econômico e Social, Secretariado, Corte Internacional de Justiça, Assembleia Geral, e Conselho de Segurança, que agora é formado por 15 membros, e 5 deles possuem poder de veto, que são: Estados Unidos, França, Rússia, China e Reino Unido; as potências vencedoras da segunda guerra. Foi observada também a necessidade de criar agências especializadas para tratar de temas específicos, como por exemplo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ela foi de extrema relevância, pois positivou o Direito Internacional Público e contribuiu para a governança internacional. Ademais, a ONU, não cometeria os mesmos erros que a Liga, por isso seu objetivo é a manutenção da paz através da cooperação, agora ela exerceria uma espécie de diplomacia solidária, que se trata da “aplicação de uma ação coletiva internacional, feita por Estados intervenientes num conflito e que não tem motivações decorrentes de seu interesse nacional, são movidos apenas por um dever de consciência” (SEITENFUS, 2012).

Após a Segunda Guerra, a Europa estava em ruínas, e os Estados Unidos e a União Soviética eram os mais poderosos do sistema. Nesse contexto, se inicia a Guerra Fria, foi uma disputa na qual a URSS queria expandir seu poder territorial, e os EUA queria manter a sua hegemonia. Logo, a expansão territorial da União Soviética foi vista como uma ameaça, e que era necessário refreá-la. Para isso, foi criada a Doutrina Truman, um conjunto de medidas da política externa norte-americana, que buscou impedir o avanço dos soviéticos. Junto a

¹ HISTORY. **Potsdam Conference**. Disponível em: www.history.com/topics/world-war-ii/potsdam-conference. Acesso em: 22 abr. 2021.

isso, e com o mesmo objetivo de conter o avanço do governo socialista, e “impor sua multilateralidade econômica ao mundo, como também o seu projeto de poder ocidental” (SARAIVA, 2008, P. 95), o governo americano criou o Plano Marshall, um programa de financiamento para reconstruir a Europa aliada. Em contrapartida, a URSS criou o Conselho para Assistência Econômica Mútua, o Comecon, para prestar apoio econômico aos seus associados.

Outras alternativas cooperativas, que as duas potências realizaram, foram a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, uma aliança militar firmada entre os Estados Unidos e seus apoiadores. Bem como, em 1955, a URSS criou o Pacto de Varsóvia, que também foi uma aliança militar, só que entre membros do bloco soviético.

Com aumento da tensão entre os dois blocos, e expansão de suas zonas de influência, nesse período, ocorreram alguns momentos de maior atrito, como a Revolução chinesa, Guerra da Coreia, a Construção do Muro de Berlim, Guerra do Vietnã, Guerra do Afeganistão, Crise do Petróleo, e Crise dos mísseis.

Essa luta desenfreada entre as duas potências, em que ambos queriam mostrar quem era o mais forte no sistema internacional, através do desenvolvimento de armas e tecnologia espacial, tomou proporções inimagináveis, levou o mundo a beira de uma guerra nuclear, sendo necessário a criação de um tratado, o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares de 1970.

O alicerce do Tratado, visa impedir que a comunidade internacional se encontre novamente no precipício nuclear, é triplo: impedir a disseminação de armas nucleares e tecnologia de armas, garantindo-a dentro do 'clube' de estados nucleares estabelecidos; ajudar a induzir os Estados não nucleares a renunciar à busca de tecnologia nuclear, compartilhando com eles os benefícios do uso pacífico da energia nuclear; e, como objetivo final geral, promover o desarmamento nuclear e o desarmamento geral e completo (CHIKVAIDZE, p. 129, 2020, tradução livre).

Chegou um momento, no qual a URSS estava esgotada, não havia mais recursos, a economia do bloco socialista estava em queda. E em 1991, Gorbachev, presidente da URSS, renunciou ao poder, e a União Soviética foi desfeita. Com isso, os Estados Unidos saiu vitorioso, e se tornou, de fato, a superpotência do sistema internacional.

O fim da Guerra Fria, foi um marco no sistema internacional, porque depois disso houve um aumento exponencial de trocas globais, o crescimento de instituições internacionais, e a inclusão de novos atores no sistema internacional, tal como a sociedade civil e empresas privadas. Nesse momento, o mundo estava hiper globalizado e interdependente, a integração social, econômica, política e cultural entre os Estados estava

muito profunda. E o multilateralismo, era a grande aposta do sistema internacional, as expectativas de que bons resultados seriam alcançados através da cooperação eram imensas, e se prolongaram até o século XXI.

O sistema internacional, pôde respirar e alimentar a esperança de um mundo de paz durante doze anos, até se depararem com o atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001. O ataque terrorista aos Estados Unidos, configurou uma grande instabilidade no sistema, pois o hegemom, que estava no auge de seu poderio militar, foi duramente atingido. Logo, se o líder da ordem mundial não estava seguro, conseqüentemente os demais Estados não estariam.

Então, a pauta da agenda internacional volta a sua origem, a questão da segurança internacional. Com esse fato, a postura dos Estados Unidos muda completamente, agora sua principal luta era contra o terrorismo, houve “o enrijecimento da doutrina de segurança do país, como o endurecimento da política externa e a redução da valorização do direito internacional e das instituições internacionais” (PRADO, p. 14, 2017). Em resposta aos ataques, o Presidente Bush atacou as bases militares no Afeganistão para impedir que elas fossem usadas para operações terroristas e atingir o regime do Talebã, essa guerra perdura até hoje. Suas ações foram guiadas a partir do unilateralismo, e isso foi visto a partir da saída de vários tratados como, por exemplo, do Protocolo de Kyoto e do Tratado de Mísseis Antibalísticos. Além disso, a invasão ao Iraque em 2003, sem a aprovação do Conselho de Segurança, foi uma forte afronta contra a ONU, bem como contra o multilateralismo.

No entanto, para alguns autores, a principal potência mundial, não abandona o multilateralismo, mas utiliza ele a seu favor para alcançar seus objetivos. Em 2006, o presidente George W. Bush, ao notar o crescimento econômico chinês e para atrair a China ao seu núcleo de poder, propôs o Diálogo Estratégico e Econômico Estados Unidos - China, para refrear o desequilíbrio comercial. Nos anos seguintes, é adicionado novos temas à agenda estadunidense, como questões ambientais, acordos de cooperação ambiental, energético e macroeconômica global. Porém, com esse afastamento dos Estados Unidos do sistema, as organizações regionais ganharam força, como por exemplo a União Européia e o Mercosul.

Em 2009, Barack Obama assumiu o poder, com uma postura pacifista e uma visão mais internacionalista liberal para direcionar a política externa estadunidense. Contrariamente a Bush, Obama colocou fim à Guerra Global contra o Terror. Com relação à cooperação, priorizou as relações com os países do Leste Asiático, com o propósito de conter o domínio político-militar-econômico da China (POTY, 2020). Estabeleceu a Parceria Transpacífica, ou Trans-Pacific Partnership, bem como a ASEAN, e APEC. E reforçou as instituições de

cooperação, como a OMC e a OTAN. Em 2015, Obama estabeleceu como objetivos, “viver os valores característicos da sociedade americana; progredir na igualdade; apoiar as democracias emergentes; reforçar o poder da sociedade civil e dos jovens líderes; e evitar atrocidades em massa” (NSS 2015 apud PRADO, p. 95, 2017). Obama, até o fim de seu mandato, buscou “a persistência da liderança dos EUA em um sistema multilateral forte e também para a busca de uma ordem internacional benéfica ao país e a outras nações” (SARAIVA apud PRADO, p. 95, 2017).

Nesse período, o sistema internacional multilateral está, de certa forma, fortalecido. Em 2017, o empresário Donald Trump, assumiu a liderança dos Estados Unidos, com uma proposta diferente de seu antecessor. Ele adotou uma postura unilateral para guiar suas ações. Os países China, Rússia, Coreia do Norte e Irã foram vistos como inimigos iminentes. Trump retirou os EUA da Parceria Transpácífica, do Acordo Climático de Paris, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, entre outros.

O discurso de Trump era abertamente unilateral. Em seus pronunciamentos e tuítes questionava a efetividade de acordos e organizações. Em 2019, a OMC ficou inoperante, pois os EUA não renovaram o mandato de dois juizes do Órgão de Apelação. E em 2020, com a pandemia do Covid-19, Donald Trump, foi enfático nos seus ataques contra a OMS, alegando que “haveria uma tendência da organização de agir contra os interesses dos EUA e de interferir nos assuntos domésticos do país” (MENEZES; BORGES, 2020).

Nesse período, houve a ascensão de governos nacionalistas e populistas ao redor do mundo, como por exemplo o Reino Unido e sua saída da União Europeia, e no Brasil, a eleição do Presidente Jair Bolsonaro.

Após esse breve resumo da história e desenvolvimento do multilateralismo, é necessário entender o que está por trás de todo esse movimento interestatal, bem como qual é o papel dos regimes e organizações internacionais.

Ricardo Seitenfus (2012), utilizou a expressão *poder em movimento*, para explicar o desenvolvimento das OI's, no qual ele define como “..., os fatores objetivos que diferenciam e hierarquizam as quase duas centenas de Estados soberanos que constituem as Nações Unidas. O movimento representa o entrelaçamento de interesses e valores, expressos ou velados, entre sócios” (SEITENFUS, 2012). Isto é, em um sistema anárquico, e a partir de uma visão realista, os Estados são os principais atores do sistema internacional e suas ações estão ligadas aos seus interesses, então a partir do momento que um Estado começa a interagir com outro e esses interesses entram em acordo ou desacordo, isso vai determinar se eles formarão

uma aliança, se iniciarão uma guerra, se buscarão outros Estados que possuem os mesmos interesses, se criarão um regime ou se constituirão uma organização internacional.

Nesse sentido, para entender as Organizações Internacionais é preciso conceituar o que são regimes internacionais, e Stephen Krasner (1982) definiu regimes internacionais como “um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomadas de decisão de determinada área tema”.

A partir disso, as Organizações Internacionais se trata da institucionalização dos regimes, e Seitenfus as define como uma “associação voluntária entre Estados, constituída através de um Tratado com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros” (SEITENFUS, 2012).

A complexidade de como os fatos se desenvolvem nas relações internacionais gera diferentes perspectivas sobre a mesma. E com o objetivo de explicar essa realidade multiforme foram desenvolvidas as Teorias de Relações Internacionais, e a seguir serão expostas duas teorias que servirão como base para esse estudo.

1.2 Teoria da Interdependência Complexa

Em 1977, Robert Keohane e Joseph Nye, diante da conjuntura internacional que estavam vivendo, aprimoraram o conceito de interdependência, para interdependência complexa.

Os autores afirmam que as relações de interdependência ocorrem dentro de, e podem ser afetadas por regimes internacionais. A volatilidade de alguns regimes, leva outros autores a torná-los insignificantes, porém “regimes internacionais específicos costumam ter efeitos importantes nas relações de interdependência”. Os regimes variam no grau de adesão que recebem dos principais atores.

Keohane e Nye em crítica ao realismo, a teoria que vigorava no pós segunda guerra, elaboraram a teoria da interdependência complexa, sendo ela oposta ao realismo. Para eles, o realismo se trata de

“um mundo em que a política é continuamente caracterizada pelo conflito ativo ou potencial entre os Estados, com o uso da força possível a qualquer momento. Cada estado tenta defender seu território e interesses de ameaças reais ou percebidas. A integração política entre os estados é leve e dura apenas enquanto serve aos interesses nacionais dos Estados mais poderosos. Atores transnacionais ou não existem ou são politicamente sem importância. Somente o exercício adepto da força ou a ameaça da força permitem que os Estados sobrevivam, e somente enquanto os estadistas conseguem ajustar seus interesses, como em um equilíbrio de

poder funcionando bem, o sistema é estável” (KEOHANE; NYE; 2000, p. 20,21, tradução livre).

A Teoria da Interdependência complexa, não se trata de uma verdade absoluta, como os próprios autores mencionam, mas seria um ideal mais próximo da realidade que o realismo.

Esta possui as seguintes características:

Múltiplos canais - com a ampliação da interdependência, o aumento dos fluxos migratórios, trocas comerciais e avanços tecnológicos, deu a existência a múltiplos canais que conectam as sociedades, tornando os Estados mais sensíveis ao que acontece no S.I., pois “à medida que o escopo das atividades domésticas dos governos se amplia e as corporações, bancos e sindicatos tomam decisões que transcendem as fronteiras nacionais, as políticas domésticas de diferentes países se chocam cada vez mais” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 22).

Ausência de hierarquia nas questões da agenda - a agenda internacional possui vários assuntos e não possuem hierarquia, pois por exemplo questões relacionadas ao meio ambiente, “agora se enquadram também nas questões de segurança militar” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 23), ou seja, os problemas estão interconectados, não há “a diferenciação entre as áreas temáticas, com isso as ligações entre as questões se tornarão mais problemáticas e tenderão a reduzir a hierarquia internacional” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 27);

Diminuição do papel da força militar - a força não é a melhor alternativa para alcançar objetivos, dado que empregar o uso da força contra um “Estado independente com o qual o outro Estado tem uma variedade de relacionamentos, provavelmente romperá relações mutuamente lucrativas em outras questões” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 25). Com isso, “o papel insignificante da força nos leva a esperar que os Estados confiem mais em outros instrumentos para exercer o poder” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 27).

Em suma,

a política externa influencia a política doméstica, pois à medida que a complexidade dos atores e das questões na política mundial aumenta, a utilidade da força diminui e a linha entre a política interna e a política externa torna-se confusa, e a medida que as condições de interdependência complexa são mais aproximadas, a política de formação da agenda torna-se mais sutil e diferenciada” (KEOHANE; NYE, 1977, p. 28, tradução livre).

Entretanto, mesmo com todos esses pontos, não há o total descarte da aplicação da teoria realista, os autores afirmam que é importante distinguir as situações onde é passível de utilizar o realismo, e em outras a interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 2000, p. 21).

Nesse contexto, os Estados que estão em melhor posição para manter sua coerência, serão mais competentes de controlar a interdependência desigual do que Estados fragmentados. Eles irão ajudar a definir a agenda internacional e atuarão como catalisadores para a formação de coalizões e como arenas para iniciativas políticas e vinculação de Estados fracos (KEOHANE; NYE, 1977, p. 30).

Ademais, a respeito das instituições internacionais, os autores afirmam que elas estimulam a cooperação entre os Estados, pois rompem o sistema anárquico, ou seja, a governança só pode ser exercida através da cooperação, e é onde os Estados intermediários têm a oportunidade de influenciarem o sistema. A interdependência provoca o conflito, devido ao choque de problemas. Por este motivo, eles destacam a importância das instituições dentro de um mundo interdependente.

Elas permitem que agências de governo modifiquem coalizões potenciais ou tácitas em coalizões transgovernamentais explícitas, caracterizadas por comunicações diretas (KEOHANE; NYE, 2000, p. 31).

Um dos benefícios das organizações internacionais, é o fato de dar espaço para estados fracos se posicionarem no sistema internacional. “A norma um-estado-um-voto do sistema das Nações Unidas favorece as coalizões dos pequenos e impotentes” (KEOHANE; NYE, 1977, p. 31).

Em análise, o atual mundo globalizado, se configura como uma interdependência complexa, pois há a presença de atores transnacionais, que interferem na economia, política e sociedade de diversos países. Essa interferência pode gerar benefícios ou malefícios, como por exemplo um conflito.

1.3 Teoria do Realismo Ofensivo

Por meio de uma análise do período pós-guerra fria, Mearsheimer (1994) afirmou que “os legisladores ocidentais têm procurado criar arranjos de segurança, baseados em instituições internacionais. Ao fazer isso, eles rejeitam explicitamente a política de equilíbrio de poder como um conceito organizador para o mundo pós- Guerra Fria” (MEARSHEIMER, 1994, p.5).

Ele define as instituições internacionais como “um conjunto de regras que estipulam as maneiras pelas quais os Estados devem cooperar e competir entre si”, essas regras são prescritas e negociadas pelos próprios Estados, e formalizadas em acordos internacionais, em

seguida incorporados em organizações com seu próprio pessoal e orçamento (MEARSHEIMER, 1994, p. 8).

Ademais, sobre a relação Estado-Instituição, trata-se de um vínculo de obrigatoriedade entre os Estados, na qual as instituições não exercem uma governabilidade mundial, mas os próprios Estados escolhem obedecer às regras que criaram (MEARSHEIMER, 1994, p.9). “Em suma, as instituições exigem a cooperação descentralizada dos Estados soberanos individuais, sem qualquer mecanismo de comando efetivo” (LAPSOS apud MEARSHEIMER, 1994, p. 19).

John Mearsheimer, para explicar as ocorrências do sistema, estabeleceu a Teoria do Realismo Ofensivo. Diferentemente dos realistas clássicos, que acreditavam que os conflitos internacionais advinham da tendência natural dos líderes políticos de buscar maximizar seu poder, Mearsheimer considera que a causa da guerra está na estrutura das relações internacionais, e baseou sua tese em cinco princípios:

1) o sistema internacional é anárquico, e essa anarquia é o princípio ordenador do sistema, o qual reconhece que não existe autoridade central acima dos Estados;

2) os Estados possuem uma capacidade militar ofensiva, ou seja, dispõem armamentos a disposição, caso seja necessário utilizá-las;

3) os Estados nunca poderão estar certos sobre as intenções dos outros Estados, isto é, a incerteza da intenção, faz com que os Estados estejam sempre com sua capacidade militar ofensiva, pronta para o que vier;

4) a sobrevivência é o motivo básico que conduz os Estados;

5) os Estados pensam estrategicamente sobre como sobreviver no sistema internacional, agindo de maneira racional, embora possa errar devido a incerteza da intenção;

O conjunto desses cinco fatores, faz com que os Estados tendem a agir de maneira agressiva no sistema internacional.

Com respeito a cooperação no realismo ofensivo, ela existe, no entanto existem dois fatores que inibem a cooperação entre Estados, são eles: os ganhos relativos, no qual o Estado se preocupa com o quanto que ele ganhou, e o quão bem ele se saiu em relação ao outro Estado; e a preocupação com a trapaça, isto é, devido a incerteza da intenção do outro Estado, e o conseqüente medo de que o Estado que está blefando obtenha maiores vantagens relativas, há uma relutância em cooperar (MEARSHEIMER, 1994, p. 12-13).

Nesse sentido, os realistas reconhecem que os Estados atuam através das instituições, e elas são o reflexo da distribuição de poder no sistema internacional. Isto é, os Estados mais poderosos do sistema criam e moldam as instituições para que possam manter o seu poder ou

aumentá-lo. Essa perspectiva vai contra a tese defendida por alguns autores de que as instituições são uma forma de governo mundial, para ele “os próprios Estados devem escolher obedecer às regras que criaram. Instituições, se trata da "cooperação descentralizada dos estados soberanos individuais” (MEARSHEIMER, p. 13, 1994).

Ademais, e seguindo essa linha anti-globalista, Mearsheimer defende que hegemonias globais não existem, o que existem são hegemonias regionais que possuem pretensões globais, a fim de evitar que surjam outras grandes potências.

1.4 Nacionalismo durante os séculos XX e XXI

Nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, houve a intensificação do nacionalismo na Europa. Durante esse período, o princípio da nacionalidade, que se tratava de um “corpo de pessoas que se considerasse uma nação, demandaria o direito à autodeterminação, o que significava o direito a um Estado independente soberano separado por seu território...” (HOBSBAWM, 1990, p. 126), ganhou força, pois a partir desse movimento, vários grupos que estavam sendo liderados por um País, conseguiram se autodeterminar e se tornar um Estado independente como por exemplo a Finlândia e a Eslováquia.

Nesse sentido, para Hobsbawm (1990), a ideologia nacionalista surge antes da própria Nação, através desses grupos que demandam o direito à autodeterminação, pois consideram que a unidade política e a unidade nacional devem ser harmônicos (BRANCO, 2016). A base dos nacionalismos, em geral, é a rapidez com que as pessoas se identificam emocionalmente com sua nação e podem ser mobilizadas, e exploradas politicamente (HOBSBAWM, 2012).

Após a Primeira Guerra, o nacionalismo foi reforçado nos Estados-nação e alcançou seu ápice durante o período entre-guerras, principalmente dentro da Europa. O sentimento revanchista gerado nos países perdedores, intensificou o nacionalismo, mais especificamente na Alemanha,

Um dos principais movimentos nacionalistas viria a se desenvolver na Alemanha com base na superioridade de uma suposta raça ariana, germânica e pura que viria a redundar na tomada do Estado pelo Partido Nacional Socialista, com terríveis conseqüências para o mundo e, em especial, para aqueles que considerava como integrantes das raças inferiores, em especial os judeus, vítimas de uma política de eliminação física, o Holocausto (GUIMARÃES, 2020).

No entanto, como explicado no primeiro tópico, o século XX, depois da segunda guerra, foi marcado por uma forte comoção internacional, devido às tragédias decorridas da

última guerra mundial, o desejo e as ações em prol da cooperação e manutenção da paz foram latentes.

Nesse sentido, é interessante observar que embora houvesse essa movimentação, havia um nacionalismo escondido dentro dessa intenção de cooperação, principalmente por parte dos Estados Unidos.

Guimarães (2020), afirma que o nacionalismo nos países desenvolvidos, em especial nas Grandes Potências, e sua pretensão de superioridade nacional resultam facilmente em políticas expansionistas e agressivas. Essa asserção pode ser vista na política externa americana durante grande parte do século XX e XXI, pois através das instituições idealizadas pelos Estados Unidos, como a Liga das Nações e a ONU, foi possível impor sobre todo o mundo princípios baseados na política ocidental americana, expandindo sua hegemonia e autoridade sobre os demais Estados.

Por exemplo, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos utilizaram meios multilaterais e cooperativos, como o Plano Marshall e a criação da OTAN, para expandir a sua hegemonia e tentar parar a expansão soviética.

Com o atentado ao World Trade Center em 2001, e a conseqüente mudança da agenda internacional, o nacionalismo vigorou, após um curto período de paz, e não só nos Estados Unidos como também no mundo todo. A luta global contra o terrorismo veio com um forte nacionalismo entranhado. Houve uma escalada das guerras no Oriente Médio, bem como o aumento da xenofobia contra imigrantes e o fechamento de fronteiras.

Nesse contexto, quem liderava a principal potência do sistema internacional era George W. Bush, e seu governo foi fundamentalmente nacionalista, unilateral e neoconservador. Ele não compactuava com o multilateralismo, mas utilizava as instituições e tratados internacionais, a seu favor, para que não restringissem as ações dos EUA na defesa de seus interesses, visto que seus interesses são representações dos interesses globais (KRAUTHAMMER apud MOREIRA JR., P. 127, 2011).

Em contrapartida, o governo de Barack Obama, sucessor de Bush, foi marcado por medidas multilaterais e liberais, bem como o incentivo à cooperação. No entanto, o que se observou foi que mesmo nesse momento os EUA preservaram as possibilidades de iniciativas unilaterais (PECEQUILO apud PRADO, p. 67, 2017).

Ademais, feita esta explanação, é possível ver que ao longo dos séculos XX e XXI, embora o governo que estava vigente no poder estadunidense não fosse nacionalista, sempre houve esforços para que os princípios da nação americana, ou a política ocidental americana predominasse sobre o mundo inteiro, a fim de expandir e manter o establishment americano.

2 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP

Neste segundo capítulo, o principal objetivo será analisar a política externa estadunidense durante os anos de governo de Donald Trump, através dos principais discursos e ações realizadas pelo presidente norte americano, durante os quatro anos de governo, bem como seus efeitos no sistema internacional.

O cenário internacional no qual Trump foi eleito não se dissocia da sua eleição,

no qual é possível observar um cenário mundial onde há ainda altas taxas de fluxos migratórios, ao mesmo passo que há uma maior dinamização das tecnologias de comunicação e transporte, isto é, há uma grande presença da transnacionalização em vários âmbitos. Análogo à isto, está a crescente promoção de nacionalismos em vários países, principalmente, em resposta desta grande onda migratória, de modo que surgiu simultaneamente a aversão aos estrangeiros que migram, devido ao pensamento disseminado que os imigrantes são responsáveis pelo aumento do desemprego, pobreza e violência no país” (SILVA apud TAKIUCHI, 2019, p. 24).

Logo em seu discurso de posse Donald Trump deixou claro quais eram seus objetivos externos e internos:

Todas as decisões sobre comércio, sobre taxas, sobre imigração, sobre relações exteriores serão feitas para beneficiar os trabalhadores americanos e as famílias americanas. Devemos proteger nossas fronteiras das devastações dos outros países fazendo nossos produtos, roubando nossas empresas e destruindo nossos empregos. A proteção vai levar a grande prosperidade e força. [...] Vamos trazer de volta nossos empregos. Vamos trazer de volta nossas fronteiras. Vamos trazer de volta nossa riqueza, e vamos trazer de volta nossos sonhos.

Vamos seguir duas regras simples: Comprar [produtos] americanos e contratar americanos. Vamos procurar amizade e boa vontade com as nações do mundo - mas vamos fazer isso com o entendimento de que é o direito de todas as nações colocar seus próprios interesses em primeiro lugar. [...] Nós vamos reforçar alianças antigas e formar novas - e unir o mundo civilizado contra o terrorismo radical islâmico, que vamos erradicar completamente da face da Terra (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Com uma abordagem protecionista e o slogan “*American First*”, Donald Trump estabeleceu que todos os seus esforços seriam para fazer a América grande novamente, através da redução de déficits comerciais, da proteção de fronteiras, da valorização do mercado e cidadãos nacionais, bem como da forte retomada da guerra contra o terror e fortalecimento de antigas alianças.

A ruptura que houve na transição do governo Obama para o governo Trump, foi radical, e se tratou de um “confronto com os componentes da continuidade da política externa do EUA desde o término da segunda guerra mundial e com a institucionalidade da ordem mundial que ajudaram a moldar” (LAFER, 2017, p.3).

Essa quebra provocou incertezas e um cenário instável no âmbito internacional, pois Trump durante toda a sua campanha eleitoral promoveu uma espécie de bullying para com o

mundo, como fez ao propor a construção do muro entre o México e os EUA (LAFER, 2017, p.4).

No terceiro dia de mandato, Trump retirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica, com objetivo de proteger os trabalhadores americanos e aumentar as barreiras comerciais. O tratado era considerado o mais importante do mundo nas últimas décadas, e o maior acordo de Obama, pois foi assinado por 12 países de três continentes e “previa a unificação de regras ambientais, trabalhistas, de propriedade intelectual e de transparência” (CASTRO, 2017).

Na metade do primeiro ano de seu mandato, Trump, de maneira unilateral, anunciou a retirada dos Estados Unidos do Acordo climático de Paris, com o argumento de que o acordo restringiria a soberania dos EUA e prejudicaria os trabalhadores americanos e a economia do país (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021). A saída do acordo isolou, de certa forma, os Estados Unidos no cenário internacional, a ação tem um impacto ambiental grande e progressivo, visto que o objetivo do acordo é que os países se comprometam e definam metas próprias para reduzir os gases de efeito estufa, e os EUA são o segundo maior emissor de gases do efeito estufa do mundo (DW, 2020). Além disso, a não participação do país no Acordo de Paris, coloca em risco a eficácia do mesmo e enfraquece a implementação do acordo por outros países (FEHL; THIMM, 2019, p. 33-34).

Em agosto de 2017, Trump anunciou uma abordagem focada no contraterrorismo para a missão dos EUA no Afeganistão. Ele anunciou que enviaria mais tropas dos EUA para lá e afrouxaria suas regras de combate (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

No seu primeiro discurso na Assembléia Geral da ONU, Trump valorizou a idéia de que a instituição só terá sucesso através “[...] de uma coalizão de nações fortes e independentes que abraçam sua soberania, para promover segurança, prosperidade e paz, para si mesmas e para o mundo” (TRUMP, 2017). Descartando totalmente a ideia de instituição soberana, defendida por alguns autores. Além disso, fez ataques ferrenhos a Coreia do Norte, ao dizer:

Ninguém demonstrou mais desprezo por outras nações e pelo bem-estar de seu próprio povo do que o regime depravado da Coreia do Norte. Ele é responsável pelas mortes por inanição de milhões de norte-coreanos, e pela prisão, tortura, assassinato e opressão de inúmeros outros. [...] Os Estados Unidos têm grande força e paciência, mas se for forçados a defender a si ou seus aliados, não teremos escolha a não ser destruir completamente a Coreia do Norte. O Homem-Foguete está em uma missão suicida contra si mesmo e contra seu regime. Os Estados Unidos estão prontos, dispostos e capazes, mas esperamos que isso não seja necessário. [...] É hora de a Coreia do Norte perceber que a desnuclearização é seu único futuro aceitável. Recentemente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou duas votações unânimes por 15 votos a zero e adotou resoluções contundentes contra a Coreia do Norte, e quero agradecer à China e à Rússia por aderir ao voto a fim de

impor as sanções, juntamente com todos os outros membros do Conselho de Segurança. [...] É hora de todas as nações trabalharem em conjunto a fim de isolar o regime de Kim até cessar seu comportamento hostil (ESTADOS UNIDOS, 2017).

Nesse momento, Trump utilizou o seu poder de fala e sua influência para colocar um país como inimigo comum, e os demais como seus aliados, sendo capaz inclusive de agradecer a China e a Rússia, adversários declarados dos EUA, por terem concordado no Conselho de Segurança, com a imposição de sanções sobre a Coreia do Norte.

Ainda em seu discurso inaugural na ONU, enfatizou a luta contra o terrorismo islâmico radical, e afirmou que “os Estados Unidos e seus aliados estão trabalhando juntos em todo o Oriente Médio para esmagar os terroristas perdedores e impedir o ressurgimento de refúgios seguros que eles usam para lançar ataques contra todo o nosso povo” (TRUMP, 2017). E também, destacou os resultados positivos que obteve no Oriente Médio, como na Síria e no Iraque na luta contra o ISIS. Além de reforçar que os Estados Unidos “não procuram impor seu estilo de vida a ninguém, mas sim deixá-lo brilhar como um exemplo para todos” (TRUMP, 2017).

A respeito da atuação dos EUA no Oriente Médio, Donald Trump tomou uma ousada decisão, que foi reconhecer Jerusalém oficialmente como capital de Israel e a transferência da embaixada estadunidense para a cidade. Essa ação afetou toda a comunidade internacional, visto que Jerusalém é o local sagrado das três maiores religiões monoteístas, cristã, judaica e islâmica. E em 1947, Jerusalém foi nomeada corpo separado, sob controle internacional. Porém, na prática isso nunca aconteceu.

Conforme Samuel Feldberg, são três os motivos pelo qual Trump tomou essa decisão, sendo elas: a situação da política interna que Trump enfrentava como as acusações de interferência da Rússia nas eleições presidenciais, então a decisão desviaria a atenção pública; conquistar o apoio de eleitores religiosos, visto que uma grande parte dos evangélicos conservadores simpatizam com as causas judaicas; e como uma manobra de aceleração do diálogo para reativação do acordo entre Israel e Palestina (Agencia ANSA, 2017).

Esta atitude de Trump, repercutiu no mundo inteiro, e algumas autoridades se manifestaram, como o ex primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu que disse que o anúncio foi uma “decisão valente e justa” e um “marco histórico”; “o presidente da Autoridade Palestina, Mahmud Abbas, disse que Trump “violou todas as resoluções e acordos internacionais” e que os EUA perderam seu papel de mediador na construção da paz. Também afirmou que Jerusalém é “a eterna capital do Estado da Palestina” (G1, 2017); outras autoridades também se pronunciaram contra a decisão de Trump, como França,

Turquia, Egito, Jordânia e Irã; e António Guterres, secretário-geral da ONU, disse que iria apoiar que palestinos e israelenses retomassem as negociações (G1, 2017). Em maio de 2018, a administração Trump transferiu a embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém.

No segundo ano de mandato, o 45º presidente dos EUA visando a proteção do mercado interno e o crescimento de alguns setores, anunciou que iria impor tarifas sobre o aço e o alumínio estrangeiros da maioria dos países, seguindo uma determinação do Departamento de Comércio que dizia que o aumento dos volumes de importação ameaçava a segurança nacional dos EUA (LYNHC e PALETTA, 2018). Posteriormente, as tarifas de importação foram estendidas sobre o Canadá, a União Europeia e o México.

Em julho de 2018, Trump deu início a guerra comercial entre os EUA e a China, cumprindo com a promessa feita na campanha eleitoral, que reduziria o déficit comercial com a China, que por sua vez, de acordo com Trump, baseou parte de suas práticas comerciais desleais (SOUTH CHINA MORNING POST, 2020).

A primeira ação de Trump foi impor uma tarifa de 25% sobre US \$34 bilhões de importações chinesas. A China, por sua vez, impôs uma tarifa de 25% sobre 545 produtos originários dos EUA no valor de US \$34 bilhões. A partir desse momento, esse movimento de ação e reação entre os dois países foi frequente, até que assinaram a primeira fase do acordo comercial, em janeiro de 2020 (SOUTH CHINA MORNING POST, 2020).

No acordo, ficou combinado que a China compraria US\$ 200 bilhões em produtos americanos, “durante dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral com os norte-americanos que chegou a US \$ 420 bilhões em 2018” (G1, 2020). Enquanto que os EUA suspenderam uma tarifa de 15%, sobre as importações no valor de cerca de US \$110 bilhões reduzida à metade para 7,5%” (SOUTH CHINA MORNING POST, 2020). É interessante observar que

“[...] tradicionalmente os acordos comerciais são executados por arbitragem, na qual um país ou uma empresa apresenta uma reclamação e um painel de especialistas profere uma decisão vinculativa. Esse procedimento é usado pela Organização Mundial do Comércio, que funciona como um tribunal comercial global” (DAVIS, 2020).

Porém, o acordo entre Trump e Liu He, aconteceu através de um mecanismo bilateral.

A relação entre os EUA e a Coreia do Norte é tensa há muito tempo, porém a situação piorou durante a gestão de Trump. Em 2017, Pyongyang ameaçou lançar mísseis balísticos nas águas ao redor de Guam, sob o seguinte discurso: “No dia em que os EUA se atreverem a incomodar nossa nação com armas nucleares e sanções, seu território continental será catapultado a um mar de fogo inimaginável” (AGÊNCIA SUL-COREANA YONHAP apud

FONTDEGLÓRIA, 2017). Então Trump respondeu ameaçando que revidaria “com fogo e fúria jamais vistos no mundo” (TRUMP apud MARS, 2017).

No mês de agosto de 2017, Trump manteve os ataques em seu discurso na Assembléia Geral da ONU, “insistindo que a Coreia do Norte deveria aceitar que a desnuclearização é o caminho” (TRUMP apud POLITIZE, 2019), e que “Os Estados Unidos têm grande força e paciência, mas se forem forçados a defender a si ou a seus aliados, não teremos outra escolha além de destruir totalmente a Coreia do Norte” (TRUMP apud POLITIZE, 2019). Após isso, os ataques foram constantes, até que em junho de 2018, Kim Jong-un e Donald Trump se encontram em Singapura para realizar uma cúpula. Nessa reunião histórica, eles assinaram um documento delineando um compromisso conjunto com a desnuclearização completa da península coreana, e em troca Washington prometeu interromper os exercícios militares conjuntos com Seul. No entanto as sanções permanecerão até que ocorra a desnuclearização completa (YOUNG e WEI, 2018). Depois, dessa primeira cúpula, houve um progresso “a Coreia do Norte libertou alguns americanos presos e devolveu os restos mortais de alguns soldados que haviam sido mortos na Guerra da Coreia. Além disso, também suspendeu seus testes de mísseis provocativos” (LIPTAK, 2019).

Em fevereiro de 2019, os dois líderes se encontraram novamente, para uma cúpula no Vietnã, porém não obteve muito sucesso, de acordo com uma declaração da Casa Branca: "os dois líderes discutiram diversos meios para avançar a desnuclearização e conceitos econômicos. Nenhum acordo foi fechado desta vez, mas suas respectivas equipes esperam se encontrar no futuro" (AGÊNCIA BRASIL, 2019). E como prometido, em junho de 2019, Trump foi até a Coreia do Norte, fazendo história ao ser o primeiro líder estadunidense a entrar no país. Não houve grandes avanços na reunião, porém acordaram de reiniciar as negociações, e Trump afirmou que não tinha pressa em livrar a Coreia do Norte de suas armas nucleares e que já viu resultados suficientes (LIPTAK, 2019). Esse fato elevou os níveis diplomáticos de Donald Trump, visto que a pouco tempo um encontro desses seria impensável (LIPTAK, 2019).

Em maio de 2018, o 45º presidente dos Estados Unidos, anunciou a retirada de seu país do Acordo Nuclear com o Irã, mais especificamente do Plano de Ação Global Conjunto (JCPOA), faziam parte dele os seguintes países: China, França, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Irã e a União Europeia. Nesse acordo, o

“Irã concordou em dismantelar grande parte de seu programa nuclear e abrir suas instalações a inspeções internacionais mais amplas em troca de sanções no valor de bilhões de dólares. Os defensores do acordo disseram que ajudaria a prevenir um renascimento do programa de armas nucleares do Irã e, assim, reduzir

as perspectivas de conflito entre o Irã e seus rivais regionais, incluindo Israel e Arábia Saudita (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Trump retirou os EUA, e restabeleceu sanções bancárias e petrolíferas, com o argumento de que “o acordo falhou em abordar o programa de mísseis balísticos do Irã e sua guerra por procuração na região, e afirmou que as disposições do fim do dia permitiriam ao Irã buscar armas nucleares no futuro” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Após a saída dos EUA, alguns dos Estados parte tentaram manter o acordo vivo, porém não obtiveram muito sucesso. O Irã continuou cumprindo o acordo, no entanto dois anos depois da retirada dos EUA do acordo,

“Teerã retomou seu enriquecimento de urânio, reiniciou a pesquisa e o desenvolvimento de centrífugas avançadas e expandiu seu estoque de combustível nuclear, reduzindo pela metade o tempo que seria necessário para produzir combustível suficiente para armas para construir uma bomba nuclear” (LYNCH, 2020).

Em junho de 2018, o governo Trump tomou mais uma medida unilateral, anunciou que os EUA se retiraram do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas alegando que não se tratava de um retrocesso dos compromissos de direitos humanos, mas sim porque o compromisso estadunidense não os permitiria continuar a fazer parte de “uma organização hipócrita e egoísta que zomba dos direitos humanos” (DWYER, 2018). Essa atitude foi tomada em apoio a Israel, visto que no conselho havia uma agenda para discutir as violações dos direitos humanos por Israel, sendo esta considerada por Haley, a embaixadora dos EUA na ONU, na época dos fatos, uma falha central no conselho, principalmente pelo fato de existir outros países que violavam os direitos humanos, mas não eram colocados em pauta no conselho, como por exemplo a Venezuela, Arábia Saudita e a China (DWYER, 2017).

Ademais, desde sua campanha eleitoral, Trump fez duras críticas ao NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), por apresentar desvantagens para o país, como a perda de empregos dos EUA e o corte de salários. Conforme o que prometeu em sua campanha, Trump renegociou o Nafta, e criou em seu lugar o acordo Estados Unidos-México-Canadá, ou USMCA (sigla em inglês). O novo acordo teve como objetivo a proteção da indústria estadunidense, e contém fortes proteções para a propriedade intelectual americana, elevados padrões para a indústria automotiva, aumentos de salário mínimo que beneficiam os fabricantes americanos e novas cláusulas trabalhistas (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

O terceiro ano do mandato de Donald Trump foi majoritariamente marcado por ações no Oriente Médio. No entanto, ainda no início de 2019, diante da crise política na Venezuela, e após Juan Guaidó se autoproclamar presidente do país, o secretário de Estado Mike Pompeo, a época, posicionou os Estados Unidos a favor de Juan Guaidó, durante uma reunião

do Conselho de Segurança, convocada pelo próprio país, e cumprindo o seu aparente papel de “líder mundial”, fez duras críticas ao governo de Nicolás Maduro, e emitiu um ultimato a comunidade internacional:

“Agora é hora de todas as outras nações escolherem um lado. [...]. Ou você está com as forças da liberdade ou está aliado a Maduro e seu caos... Apelamos a todos os membros do Conselho de Segurança para apoiar a transição democrática da Venezuela e o papel do presidente interino Guaidó.” (POMPEO apud NICHOLS e ARMAS, 2019).

Após esse fato, a maioria dos países posicionaram-se a favor de Guaidó. Com isso, “Washington conseguiu colocar os holofotes globais na Venezuela” (NICHOLS e ARMAS, 2019).

Além disso, seguindo o padrão de seu discurso de posse, valorizando a sociedade norte-americana, Trump anunciou os acordos de “terceiro país seguro”, por meio do qual “exigiria que os migrantes procurassem asilo nos países por onde viajam, e não nos Estados Unidos” (FELTER e CHEATHAM, 2019). Essa foi a alternativa dada por Trump para contornar o grande aumento na migração da América Central para os EUA, que gerou acúmulo nos tribunais de imigração e nas instalações de detenção superlotadas do país.

Outro fato que foi extremamente marcante na gestão Trump, foi o atrito entre a Organização Mundial do Comércio e os Estados Unidos, que teve início durante o Governo Obama, mas que veio a culminar com Donald Trump.

A OMC foi fortemente atacada pela política estadunidense, e um dos primeiros argumentos que Trump utilizou, foi que os Estados Unidos estavam recebendo tratamento injusto, visto que dentro da OMC a China é considerada um país em desenvolvimento e por isso recebe grandes benefícios e vantagens, afirmou ele em seu Twitter. Além disso, para ele, “à medida que as promessas globais fluíram, milhões de empregos desapareceram e milhares de fábricas desapareceram. Outros tentaram o sistema e quebraram as regras ” (TRUMP, 2017). E seguindo essa lógica, na agenda comercial estadunidense, Trump “priorizou o interesse de proteger sua soberania sobre o livre comércio”. Para isso, ele precisava atingir a OMC de alguma forma, a fim de enfraquecer o sistema multilateral de comércio, a primeira medida de Trump foi impôr tarifa sobre o aço e o alumínio, sob o argumento de que: “a indústria americana de aço e alumínio vem sendo devastada por práticas comerciais internacionais agressivas. É um assalto ao nosso país” (TRUMP apud G1, 2018). Dessa forma, ele foi contra a lógica da OMC, tomando uma medida unilateral.

A medida mais agressiva em relação à OMC foi em 2019, quando Trump bloqueou “a renovação do mandato de dois juizes do órgão de apelação”, o que a tornou incapaz de mitigar as disputas comerciais entre os países (DONCEL, 2019). Dessa maneira, Trump

levou a organização a maior crise da história, tornando o principal órgão da instituição inoperante, com isso “os países envolvidos em novos litígios carecerão de um órgão independente para dirimir suas diferenças, ficando a mercê da lei do mais forte” (DONCEL, 2019).

Além disso, desde que a OMC abandonou a rodada Doha em 2015, não produziu nenhum grande acordo internacional. E depois desse ataque, embora Roberto Azevedo tenha feito discursos esperançosos de tirar a organização desse declínio, em 2020, diante da pandemia de coronavírus que interrompeu o funcionamento da OMC, e de várias críticas que vinha recebendo, ele decidiu deixar a direção da organização, piorando a situação da instituição (CNN, 2020).

Em setembro de 2019, depois de um longo e surpreendente período de negociações entre os EUA e o Taleban para encerrar a guerra no Afeganistão, Trump declarou o fim das negociações de paz no país. Então, após um ataque dos talibãs com carro-bomba em Cabul, que, para Trump, foi feito para obter uma aparente vantagem nas negociações (BORGER, 2019), ele cancelou as negociações dizendo:

Se são incapazes de aceitar um cessar-fogo durante estas negociações de paz tão importantes, e estão, inclusive, dispostos a matar 12 inocentes, é porque, provavelmente, não têm capacidade de negociar um acordo significativo. Por quantas décadas querem continuar combatendo? (TRUMP apud France Presse, 2019).

Em outubro do mesmo ano, Trump decidiu retirar as tropas americanas da fronteira entre a Síria e a Turquia, afirmando que já

é hora de nós (EUA) sairmos dessas guerras sem fim ridículas... Vamos combater onde tivermos benefício, e apenas combater para vencer. Turquia, Europa, Síria, Irã, Iraque, Rússia e os curdos agora vão ter que solucionar essa situação e (decidir) o que fazer com os combatentes do Estado Islâmico capturados em sua 'região'. Todos odeiam o Estado Islâmico, são inimigos há anos. Estamos a 7 mil milhas de distância e vamos destruir o EI novamente se eles chegarem perto de nós novamente! (TRUMP apud BBC, 2019).

As tropas americanas serviam como um amortecedor entre os curdos, aliados dos EUA fundamental durante o tempo de combate ao Estado Islâmico, e a Turquia, potência militar regional. A atitude de Trump, foi alvo de várias críticas, inclusive por parte dos republicanos, visto que eram aliados fiéis contra o islã-radical (BBC, 2019).

Entretanto, meses depois desse fato, em 2020, Trump surpreende com sua capacidade diplomática, ao conseguir estabelecer um acordo de paz com o Talibã, depois de dezoito anos de guerra no Afeganistão, por meio do qual concordaram em um cessar fogo, na retirada das forças estrangeiras, em iniciar negociações intra-afegãs, e na garantia de que não haveria mais ataques terroristas (DUAN, 2019).

Após essa retirada, Trump anunciou a morte de Abu Bakr al Baghdadi, chefe do Estado Islâmico, decorrente da operação norte-americana, por meio do qual perseguiram o líder islâmico, que, de acordo com Trump, ao ver-se encurralado no túnel, detonou os explosivos e morreu. A Rússia, Síria, Turquia, Iraque e os curdos também colaboraram na operação. E a morte dele foi muito positiva para Trump visto que ele estava sendo criticado por ter retirado parte das tropas da Síria, e por, dessa forma, enfraquecer um dos principais grupos terroristas que a anos vem sendo combatido (G1, 2019).

Durante esse mesmo período, e depois de vários esforços bipartidários, que para Trump afetavam negativamente as relações bilaterais com os outros países e eram resoluções mal concebidas (COHEN e KLEIN, 2019), no Congresso americano para acabar com o apoio de Washington à guerra da Arábia Saudita no Iêmen, por meio do qual forçou Trump a vetar projetos de lei que encerrariam o envolvimento dos Estados Unidos na guerra. Então, sob o seguinte argumento “em vez de gastar tempo e recursos em tais resoluções, encorajo o Congresso a direcionar seus esforços para apoiar nosso trabalho para alcançar a paz por meio de uma solução negociada para o conflito no Iêmen” (TRUMP apud COHEN e KLEIN, 2019), Donald Trump reforçou com três mil soldados americanos, além de jatos e tecnologia de mísseis (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Outrossim, em dezembro de 2019, e em resposta à morte de um civil americano em um ataque com foguete numa base militar iraquiana, os Estados Unidos realizaram ataques contra as milícias xiitas que eram apoiadas pelo Irã. Em reação e protesto, um grupo de manifestantes invadiu a área da embaixada dos EUA no Iraque (G1, 2020). Logo, Trump atribuiu ao Irã a autoria dessa manifestação, e tuitou: “O Irã será totalmente responsabilizado por vidas perdidas ou danos sofridos em qualquer uma de nossas instalações. Eles vão pagar um preço muito grande! Isso não é um aviso, é uma ameaça. Feliz Ano Novo!” (TRUMP apud SANCHES, 2019).

E assim o fez, 48 horas depois, Donald Trump, ordenou um ataque aéreo em Bagdá, que teve como alvo principal o general iraniano Qassem Soleimani, que comandava a Força Quds, pois acreditava que ele era o principal responsável pelos ataques iranianos (CHALFANT, 2020).

A morte do general gerou grande revolta nos iranianos, pois Soleimani era uma personalidade política popular tanto em seu país quanto no exterior, pois estava no comando da política externa do Irã (PAREDES, 2020). Além disso, gerou grande repercussão entre os Estados, devido ao aumento da tensão na região. Diversos representantes estatais se pronunciaram a favor da desescalada das tensões, pois temiam um conflito maior.

Apesar disso, Trump se defendeu afirmando que “O que os Estados Unidos fizeram ontem deveria ter sido feito há muito tempo. Muitas vidas teriam sido salvas. [...] Agimos para impedir uma guerra. Não agimos para iniciar uma guerra (TRUMP apud CHALFANT, 2020).

“Teerã retaliou disparando mísseis contra duas bases iraquianas que hospedavam soldados americanos, o que levou Washington a impor novas sanções ao Irã” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Em janeiro de 2020, Trump, junto do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, anunciou o seu plano de paz para o Oriente Médio, por meio do qual propôs a criação de um estado da Palestina que coexista com Israel, com o objetivo de acabar com o conflito entre palestinos e israelenses. Nele, Israel teria controle total de Jerusalém e haveria a criação de uma capital Palestina na periferia de Jerusalém (NHK, 2020).

Contudo, o acordo foi totalmente rejeitado pelo presidente da Palestina, que dizia que os palestinos não se renderiam, visto que o acordo foi feito sem nenhuma contribuição Palestina, e era mais vantajoso para Israel (GORDON, 2020). Em geral, “os líderes palestinos rejeitaram categoricamente a proposta, que foi contestada pela maioria dos países árabes e recebida de forma ambivalente pelos países europeus” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

No ano de 2020, todo o sistema internacional foi surpreendido pelo Coronavírus e sua consequente pandemia, a qual teve origem na China. O mundo entrou em um estado de emergência sanitária, e causou um impacto inegável nas sociedades globais, na saúde pública e nas economias. Pois devido ao alto nível de transmissão viral, unido com o grande fluxo das migrações, “a disseminação local do vírus atingiu quase todos os países e territórios, com diferentes estados de bloqueio e resposta a crises” (TRUMP e LINKOV, 2020). Logo, diante da globalização, a pandemia afetou, direta e indiretamente, todos os setores da ordem internacional liberal e “chegou em um momento em que o multilateralismo e a ação global combinada pareciam mais necessários do que nunca” (EGGEL; GALVIN, 2020). Entretanto, a postura de Donald Trump durante o combate ao vírus não foi tão multilateral, quanto o momento exigia que fosse, como será exposto a seguir.

Em 23 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde alertou que os governos se preparassem para o vírus. E no dia 30 de janeiro, declarou Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional. Nesse momento, e com as primeiras aparições de casos confirmados nos Estados Unidos, Trump teve um comportamento brando, e demonstrou estar trabalhando junto com o Presidente Chinês, através dos seguintes tuítes e pronunciamentos:

A China tem estado a trabalhar arduamente para conter o coronavírus. Os Estados Unidos apreciam muito os seus esforços e a sua transparência. Tudo isto irá funcionar. Em nome do povo americano, gostaria de agradecer especialmente ao Presidente Xi! (TRUMP apud EXECUTIVE DIGEST, 2020).

Acabei de receber um briefing sobre o coronavírus na China de todas as nossas GRANDES agências, que também estão a trabalhar em estreita colaboração com a China. Vamos continuar a acompanhar os desenvolvimentos. Temos os melhores especialistas do mundo e eles estão em cima do assunto 24 horas por dia, 7 dias por semana! (TRUMP apud EXECUTIVE DIGEST, 2020).

Em entrevista à “Fox News”, afirmou:

Vamos fazer alguns anúncios nas próximas 24 horas e 48 horas e estamos em grande forma. A China não está em grande forma neste momento, infelizmente. Mas eles estão a trabalhar muito arduamente. Veremos o que acontece. Mas estamos a trabalhar muito de perto com a China e outros países (TRUMP apud EXECUTIVE DIGEST, 2020).

Em contrapartida, de acordo com o aumento dos casos no país, Trump se referiu ao vírus como “vírus chinês”, tuitando: “Os Estados Unidos vão apoiar fortemente as indústrias, como aéreas e outras, que foram particularmente atingidas pelo “vírus chinês”” (TRUMP apud CNN, 2020). Esse pronunciamento, gerou atrito na relação entre os países, e o porta-voz do ministério chinês das Relações Exteriores declarou que as palavras de Trump mancham a relação entre Washington e Pequim (CNN, 2020).

Diante da crescente de casos na Europa, Trump suspendeu as viagens da Europa para os Estados Unidos, e mais tarde fechou a fronteira terrestre. No dia 13 de março, ele declarou emergência nacional, e dias depois anunciou novas diretrizes de distanciamento social.

“Em 21 de março, ele promoveu o medicamento antimalárico hidroxicloroquina para “uso imediato” como tratamento, apesar da falta de evidências de sua eficácia” (YAMEY e GONSALVES, 2020). Esse ato desencadeou compras em pânico, preços disparados e overdose em regiões propensas à malária na África e no Sul da Ásia (NEGIN, 2020). Ademais, dez dias depois Trump disse que covid-19 “não é gripe, é cruel”, reconhecendo a gravidade da doença.

Nesse momento, “quase 10 milhões de americanos desempregados, incluindo impressionantes 6,6 milhões de pessoas que se inscreveram para receber seguro-desemprego na última semana de março” (TAYLOR, 2020).

Em seguida, no mês de abril, “Trump encorajou manifestantes nos estados democratas de Michigan, Virgínia e Minnesota a protestar contra as regras de distanciamento social” (ASSOCIATED PRESS, 2020). E agiu para que as medidas de restrição, como reabertura do comércio, e do país, fossem afrouxadas, diante da crise econômica, e durante uma entrevista de imprensa disse que “quando alguém é presidente dos Estados Unidos, a autoridade é total”

para a reabertura da economia do país (TRUMP apud DEUTSCHE WELLE, 2020). Além disso, Trump ameaçou retirar totalmente o financiamento dos Estados Unidos na Organização Mundial da Saúde (OMS), dizendo: “Hoje estou instruindo minha administração a interromper o financiamento da OMS enquanto uma revisão é conduzida para avaliar seu papel (da OMS) na severa má administração e no encobrimento da disseminação do Coronavírus” (TRUMP apud G1, 2020). Pois para Trump, a OMS demorou para avisar sobre a gravidade do vírus e não respondeu de maneira apropriada (G1, 2020).

Em maio, com o número de mortes chegando e passando de 100.000, Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde, e disse:

A China tem controle total sobre a Organização Mundial da Saúde, apesar de pagar apenas US\$ 40 milhões por ano, em comparação com os cerca de US\$ 450 milhões por ano que os Estados Unidos estão pagando. Nós detalhamos as reformas que ela deveria fazer e nos engajamos diretamente, mas eles se recusaram a agir". [...] "Como eles falharam em fazer as reformas solicitadas e muito necessárias, hoje encerraremos nosso relacionamento com a Organização Mundial da Saúde e redirecionaremos esses recursos para outros em todo o mundo (TRUMP apud HOLLAND e MICHELLE, 2020).

Essa atitude de Trump, foi formalizada em julho, e gerou grande repercussão, visto que o mundo ainda estava passando pela pandemia, os casos estavam aumentando em diversos países, e os EUA eram os maiores financiadores da OMS.

Em setembro, o governo Trump disse que os Estados Unidos não participarão da colaboração global para acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo aos testes, tratamentos e vacinas COVID-19, promovido pela OMS (NEUMAN, 2020). E em um comunicado, o porta-voz da Casa Branca Judd Deere, disse: "Os Estados Unidos continuarão a envolver nossos parceiros internacionais para garantir que derrotamos esse vírus, mas não seremos limitados por organizações multilaterais influenciadas pela corrupta Organização Mundial da Saúde e pela China" (NEUMAN, 2020).

Ainda nesse período, no debate anual da Assembleia Geral da ONU, Donald Trump concentrou seu discurso em atacar à China, e culpa a OMS, deixando claro o seu anti-multilateralismo, no qual disse:

Devemos responsabilizar a nação que desencadeou essa praga no mundo, a China. [...] O governo chinês e a Organização Mundial da Saúde - que é virtualmente controlada pela China - declararam falsamente que não havia evidência de transmissão de pessoa para pessoa. [...] Mais tarde, eles disseram falsamente que pessoas sem sintomas não espalhariam a doença. As Nações Unidas devem responsabilizar a China por suas ações (ESTADOS UNIDOS, 2020).

Em contrapartida, o discurso do presidente chinês foi a favor do multilateralismo, em que afirmou: “Devemos seguir a orientação da ciência, desempenhar plenamente o papel de

liderança da Organização Mundial da Saúde e lançar uma resposta internacional conjunta ... Qualquer tentativa de politizar a questão, ou estigmatização, deve ser rejeitada.” (XI JINPING apud MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA, 2020). A OMS rejeitou as críticas do presidente norte-americano.

Em julho de 2020, os Estados Unidos apresentaram um plano para retirada de 12 mil soldados da Alemanha, que estavam estacionados. Nesse plano, metade deles seriam transferidos para outros países da OTAN, e a outra metade voltaria para os EUA. O Secretário de Defesa da época, Mark T. Esper,

formulou o plano como uma forma de aumentar a capacidade da OTAN de deter e responder a ameaças, incluindo uma invasão russa. No entanto, o presidente Trump disse que as mudanças visavam punir a Alemanha por não cumprir seus compromissos financeiros com a Otan. “Não queremos mais ser os idiotas”, disse Trump no dia do anúncio de Esper. “Portanto, estamos reduzindo a força porque eles não estão pagando suas contas. É muito simples, eles são delinquentes (MASTERS e MERROW, 2020).

Outro fator que motivou a formulação do plano, é que a “Alemanha não é mais um país da linha de frente e que a ênfase da segurança na Europa está mudando para o leste - para a Polônia e os Estados Bálticos - para se concentrar na Rússia” (MASTERS e MERROW, 2020).

No segundo semestre de 2020, Trump voltou a agir no Oriente Médio. Dessa vez, ele mediou o “acordo histórico”, como ele mesmo disse em sua conta no Twitter, entre Israel e os Emirados Árabes, que promete normalizar as relações entre os países, incluindo “relações comerciais, turismo, voos diretos, cooperação científica e, com o tempo, relações diplomáticas plenas em nível de embaixador” (COOK, 2020).

Esse acordo, que ficou conhecido como Acordo de Abraham, é importante para os Estados Unidos, pois levando em consideração que os seus interesses no “Oriente Médio podem ser divididos em cinco áreas: garantir o livre fluxo de petróleo; prevenir a proliferação nuclear; combate ao terrorismo; manutenção da segurança de Israel; e a promoção da democratização” (BYMAN; MOLLER, 2016, apud POLITIZE, 2021). O acordo mantém e fortalece seus aliados e parceiros comerciais no Oriente Médio. O acordo repercutiu de maneira muito positiva na comunidade internacional, com exceção da Palestina, Irã e Turquia que criticaram o acordo e afirmaram que os Emirados Árabes Unidos “traíram a causa palestina” (POLITIZE, 2021).

Além disso, Trump Trump anunciou também que “Sudão e Marrocos também iniciarão reaproximações com Israel. Em troca, os Estados Unidos concedem assistência financeira ao Sudão e o excluem como um Estado patrocinador do terrorismo” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Em setembro de 2020, o “Departamento de Estado anunciou um plano para reduzir as admissões de refugiados até quinze mil pessoas no ano fiscal de 2021, o nível mais baixo em 40 anos” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021). E disseram que esse limite reflete a priorização do governo Trump da “segurança e bem-estar dos americanos, especialmente à luz da pandemia de Covid-19 em andamento” (AGENCIES IN WASHINGTON, 2020). “A resposta de Trump ao novo coronavírus reforçou sua política de imigração restritiva” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Em novembro, depois do Secretário de Defesa “ter se mostrado contrário à proposta do presidente de enviar unidades militares para frear os distúrbios em diversas cidades do país após a morte do cidadão negro George Floyd por policiais” (DW, 2020), e dois dias depois da vitória de Joe Biden na eleição americana, ele anunciou a demissão de Mark Esper. E em reação os democratas destacaram que “os EUA estavam entrando em um perigoso “território desconhecido” com a reorganização de papéis-chave na segurança nacional durante uma transição presidencial” (BORGER, 2020). Outrossim, inconformado com a derrota nas eleições, Trump “impediu o compartilhamento de informações e outras formas de coordenação em questões de segurança nacional com a equipe de transição de Biden” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Já no fim de seu mandato, uma das últimas ações da política externa de Donald Trump, foi tirar os Estados Unidos do Tratado de Céus Abertos, o qual previa “permitir que as nações sobrevoem o território umas das outras com elaborado equipamento de sensores para garantir que não estejam se preparando para uma ação militar” (SANGER, 2020). “A saída ocorreu seis meses depois que o presidente Trump anunciou sua intenção de se retirar, dizendo que a Rússia estava violando o pacto” (FIROZI, 2020). Essa atitude de Trump colocou em risco a relação dos Estados Unidos com alguns aliados europeus, que pediram para o país permanecer no pacto (FIROZI, 2020).

Por último, passados quatro anos de mandato, e inconformado com a derrota nas eleições, no dia 6 de janeiro de 2021, Donald Trump convocou seus apoiadores em Washington, para contestar o resultado da eleição presidencial. “O protesto foi programado para coincidir com a certificação do Congresso dos votos do Colégio Eleitoral e visava pressionar os legisladores republicanos a apoiar o esforço de Trump para derrubar a vitória eleitoral do presidente eleito Joe Biden” (PEÑALOZA, 2021).

Na manifestação, Trump fez um longo discurso com fortes críticas à mídia, no qual ele a acusa de “fake news” e de ter colaborado com o resultado da eleição, que para ele foi roubado.

Trump “sustentou que venceu "por muito" a eleição presidencial, e que a margem "sequer foi pequena”” (G1, 2021), e comparou a eleição americana com a eleição dos países de terceiro mundo: “Você pensa em países de terceiro mundo, as eleições deles são mais honestas do que o que está acontecendo neste país” (TRUMP apud BORGES, 2021).

Além disso, Trump pressionou o vice-presidente Mike Pence, que presidia a sessão no Congresso, no momento do discurso, para não certificar a vitória de Biden: “Espero que sim, porque se Mike Pence fizer a coisa certa, ganharemos a eleição. Tudo o que ele precisa fazer. Este é o número um ou certamente um dos maiores advogados constitucionais de nosso país. Ele tem o direito absoluto de fazer isso” (TRUMP, 2021). Apesar de Trump dizer que Pence tinha o direito de fazer isso, essa afirmação não encontra fundamento constitucional (G1, 2021).

Sob o argumento de que aquela reunião estava acontecendo para “salvar a democracia”, Trump inflamou os seus apoiadores a não aceitar de maneira nenhuma o resultado da eleição, e disse: “Queremos ser muito respeitosos com todos, incluindo pessoas más. Vamos ter que lutar muito mais e Mike Pence vai ter que passar por nós. Se não o fizer, será um dia triste para nosso país, porque você jurou defender nossa constituição” (TRUMP, 2021). Após isso, e no fim de seu discurso, Trump convidou seus apoiadores a marchar até o Capitólio para exigir que o Congresso fizesse a coisa certa.

Findado o discurso, a multidão pró-Trump foi para a frente do Capitólio, e após enfrentar policiais nas entradas do Congresso, algumas pessoas invadiram o prédio, o que levou à suspensão das sessões no Senado e na Câmara que estavam em curso (BBC, 2021). Os deputados e senadores que estavam na sessão foram retirados e levados a uma área segura do prédio. Houve vandalismo, confronto com a polícia, e alguns guardas ficaram feridos (G1, 2021).

“Horas depois de seus apoiadores terem invadido a sede do Congresso, Trump pediu que os extremistas deixassem o local, mas voltou a dizer que a eleição foi “roubada” e “fraudulenta”, mesmo sem apresentar provas. “Vocês precisam ir para casa”, declarou em um vídeo divulgado em redes sociais” (G1, 2021).

A sessão foi retomada horas depois da invasão, e o Congresso certificou a vitória de Biden. E Trump disse: "Embora isso represente o fim do maior primeiro mandato da história presidencial, é apenas o começo de nossa luta para tornar a América grande de novo" (TRUMP apud G1, 2021).

A repercussão internacional da invasão ao Congresso americano foi enorme, “muitos líderes mundiais condenaram o levante como um ataque à democracia”. Esse evento

estremeceu a imagem dos Estados Unidos no sistema internacional, e alguns governos apontam esse fato como uma “evidência de hipocrisia no retrato que os Estados Unidos fazem de si mesmos como porta-estandarte da democracia” (COUNCIL on FOREIGN RELATIONS, 2021).

Sendo assim, e como exposto acima, compreende-se que Donald Trump, conduziu seu governo e suas políticas baseado no unilateralismo, nacionalismo e protecionismo (TAKIUCHI, 2019). Pode-se inferir que Donald Trump foi coerente com o seu discurso de posse, em todas as suas ações honrou o slogan “American First”, priorizou os interesses americanos, e não mediu esforços ao ir contra as medidas multilaterais. Além disso, surpreendeu com a sua capacidade diplomática, gerando acordos históricos e alianças jamais feitas. No entanto, no mundo globalizado, tomar medidas unilaterais e protecionistas, talvez não seja o ideal, tendo em vista a relevância que os Estados Unidos têm no cenário internacional.

Nesse sentido, é interessante observar a contradição entre a política externa americana e o atual sistema internacional de Estados que é pautado no multilateralismo idealizado pelo próprio Estados Unidos. Com isso, será analisado no próximo capítulo, a política externa de Trump através da teoria de Mearsheimer (1994), Realismo Ofensivo, e o sistema internacional por meio da teoria da Interdependência Complexa, de Keohane e Nye (2000). Além disso, estabelecendo uma comparação, será examinado como o sucessor de Trump, Joe Biden, tem gerido a política externa estadunidense, e quais os legados que permanecerão ou não durante sua administração.

3 MULTILATERALISMO *versus* UNILATERALISMO NA POLÍTICA EXTERNA RECENTE DOS ESTADOS UNIDOS: possíveis continuidades e discontinuidades

Neste terceiro capítulo será feita uma análise comparativa sobre as prováveis continuidades e discontinuidades do governo de Donald Trump, pautado no unilateralismo, para o atual governo de Joe Biden, pautado no multilateralismo, através das teorias expostas no primeiro capítulo.

A pandemia do vírus COVID-19, mostrou a dimensão da globalização e comprovou a teoria da Interdependência Complexa de Keohane e Nye, embora ela pudesse ser vista antes mesmo da pandemia. Foi possível acompanhar, na prática, as três principais características da teoria, sendo elas: múltiplos canais, ausência de hierarquia, e diminuição do papel da força militar. Como será exposto a seguir:

O grande fluxo migratório e de trocas comerciais, unido com o alto nível de transmissão viral, colaborou para o elevado número de pessoas infectadas e consequentemente de mortes. Essa situação mostrou a precariedade dos sistemas de saúde de diversos países, a fragilidade da economia mundial, além da debilidade política em muitos Estados. A crise nacional que a pandemia gerou em vários Estados, e principalmente em países de terceiro mundo, expôs a dependência interestatal.

Além disso, na agenda internacional, o desenvolvimento de vacinas se tornou prioridade, no entanto, ela se tornou prioridade para que todos os outros setores, seja ele ambiental, social, econômico ou político pudessem voltar ao normal. Logo, só houve essa prioridade, devido a interconectividade das áreas temáticas, dos problemas a serem enfrentados e resolvidos.

A utilidade da força, nesse contexto, era inútil, e a linha entre a política externa e a política interna se tornou quase invisível, pois as medidas internas, como por exemplo o lockdown e o fechamento de fronteiras afetaram diretamente a política externa e a relação entre os países. Com isso, tornou-se imprescindível a utilização de medidas multilaterais e recorrer às instituições multilaterais, como OMS e OMC, para solucionar os problemas, porquanto qualquer ação que fosse tomada internamente afetava ou acabava por envolver vários Estados.

No entanto, como exposto no segundo capítulo, o presidente Donald Trump pautou suas ações no unilateralismo. Ao analisarmos a política externa de Trump, e com base no documento de Estratégia de Segurança Nacional (2017), que consta:

Esta estratégia é orientada por um realismo de princípios. É realista porque reconhece o papel central do poder na política internacional, afirma que os Estados

soberanos são a melhor esperança para um mundo pacífico, e define claramente os nossos interesses nacionais. É de princípio porque baseia-se no conhecimento de que o avanço dos princípios americanos espalha a paz e a prosperidade por todo o mundo. Somos guiados pelos nossos valores e disciplinados pelos nossos interesses. Esta Administração tem uma visão brilhante do futuro da América. Os valores e a influência da América, sob a égide do poder americano, tornam o mundo mais livre, seguro, e próspero (NSS, 2017, P. 55).

Verificamos que o governo Trump foi assumidamente realista. As atitudes de Trump foram compatíveis com os cinco princípios que Mearsheimer baseou a teoria do Realismo Ofensivo.

Conforme o NSS, Trump considerou a anarquia do sistema internacional, levando em conta a soberania dos Estados. A partir disso, atentando-se para a incerteza das intenções dos Estados, Trump deixou claro que sua capacidade militar ofensiva estava pronta se fosse necessário. A exemplo, temos a relação EUA-Coreia do Norte, em que devido a incerteza da intenção do representante norte-coreano, Trump deixou claro em seu discurso na Assembleia Geral da ONU que, se fosse necessário, iria atacar a Coreia do Norte com “fogo e fúria jamais vistos”, embora não foi preciso utilizar sua capacidade militar, o caráter ofensivo esteve presente em seu discurso.

Outro ponto que é importante destacar é que, de acordo com Mearsheimer (1994), os Estados agem de maneira estratégica e racional no sistema, com foco sempre em sua sobrevivência. Desde o início de seu mandato, Trump enfatizou em seu discurso de posse que traria de volta os sonhos dos americanos, logo depois de afirmar que protegeria as fronteiras dos Estados Unidos das “devastações dos outros países”. Nesse sentido, é possível verificar que para Trump, a abertura da economia ou das fronteiras, representavam uma ameaça à sobrevivência da hegemonia americana, e por isso tomaria atitudes protecionistas, colocando sempre em primeiro lugar os interesses americanos, não importando as consequências que suas ações trariam para os outros países.

A respeito da cooperação realizada no governo Trump, ela também se encaixa na Teoria do Realismo Ofensivo, pois nele a cooperação não é desconsiderada, como Trump não a ignorou, mas sim inibida por causa dos ganhos relativos do Estado, devido a incerteza da intenção. Se analisado de maneira superficial, a princípio parece que Trump desconsiderou totalmente a cooperação, porém se examinado mais a fundo, se vislumbra a cooperação com os Estados que o presidente dos EUA julgou útil ou relevante para sua potência, isto é, Trump cooperou com os Estados que ele viu que os EUA obteriam maiores ganhos relativos, como por exemplo a reformulação do NAFTA para USMCA, e o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel, sempre pensando e priorizando os interesses estadunidenses.

O anti-multilateralismo de Trump, também pode ser explicado pelo Realismo Ofensivo, visto que muitas das vezes que Trump fez críticas às Instituições Multilaterais, ele destacou que elas estavam sendo influenciadas pela China, e que o país recebia mais vantagens que os EUA. A partir disso, a retirada ou o ataque de Trump às Instituições Multilaterais, como OMS e OMC, se deu devido a incerteza das intenções da Instituição, que para ele estavam sendo influenciadas pelos Estados, em especial, a China.

Com isso, observamos que o sistema internacional caminhou e caminha na direção do multilateralismo, enquanto o governo Trump caminhou na direção do unilateralismo. No entanto, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, a política externa dos Estados Unidos tem um caráter contínuo, independente do partido político, seja de maneira mais unilateral ou multilateral, a política externa norte-americana sempre prioriza os seus princípios e visam manter o establishment americano.

Partindo desse pressuposto, é importante analisar quais as heranças políticas de Donald Trump, que o atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, irá continuar ou bloquear em seu mandato. Mas, antes disso, examinaremos o perfil político de Joe Biden.

Joe Biden faz parte do Partido Democrata, e está na carreira política há 50 anos, é um grande ativista sobre as questões climáticas, defesa do direito das mulheres, e na luta contra o câncer. Foi senador de Delaware por 36 anos e se consolidou como líder para enfrentar os desafios nacionais e internacionais. “Biden é amplamente reconhecido por seu trabalho redigindo e liderando esforços para aprovar a Lei da Violência contra a mulher” (WHITE HOUSE, 2021), quando esteve como presidente do mais alto escalão do Comitê Judiciário do Senado. Além disso, quando esteve

como presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado, por 12 anos, desempenhou um papel fundamental na definição da política externa dos Estados Unidos. Ele estava na vanguarda de questões e legislações relacionadas ao terrorismo, armas de destruição em massa, Europa pós-Guerra Fria, Oriente Médio, sudoeste da Ásia e o fim do apartheid (WHITE HOUSE, 2021).

Em 2008, Barack Obama escolheu Joe Biden para ser seu vice-presidente, e continuou com sua liderança em importantes temas como reduzir a violência armada, e elevar o nível de vida dos americanos de classe média. Além de representar os Estados Unidos, em diversas missões no exterior, “ele serviu como ponto de referência para a diplomacia dos EUA em todo o hemisfério ocidental, fortaleceu as relações com os aliados na Europa e na Ásia-Pacífico e liderou esforços para trazer 150.000 soldados do Iraque para casa” (WHITE HOUSE, 2021).

Outrossim, em 2019, Biden anunciou sua candidatura à presidência dos Estados Unidos, que se baseou em três pilares: a batalha pela alma da nação americana, a necessidade

de reconstruir a classe média, e um apelo à unidade, para que os Estados Unidos ajam como um só (WHITE HOUSE, 2021). Em 2020, após uma conturbada eleição, Biden venceu Donald Trump com recorde de votos.

No seu discurso de posse, dias depois do ataque ao Capitólio, para muitos, incentivado por Trump. Biden, declarou que a democracia é preciosa e frágil, e que ela prevaleceu. Diferente de Trump, que em seu primeiro discurso fez agressivas considerações sobre a política externa, Joe não abordou sobre ela, seu discurso foi voltado para o fortalecimento da política interna americana. No entanto, a semelhança entre seus discursos de posse, se encontra no fato de que ambos exaltam a nação americana, Donald Trump com o slogan American First, e Joe Biden convocando a união da nação, para “tornar a América, de novo, a força que lidera o bem do mundo” (BIDEN apud CNN, 2021). Logo, seja de maneira direta ou indireta, ambos deixaram claro que lutariam para fazer a América grande novamente, ou melhor “America Great Again”.

No documento de segurança estratégica provisório, de março de 2021, Biden deixou claro qual seria sua postura em relação a medidas externas, afirmando que sua estratégia central seria a seguinte:

Os Estados Unidos devem renovar suas vantagens duradouras para que possamos enfrentar os desafios de hoje em uma posição de força. Vamos reconstruir melhor nossas bases econômicas; reivindicar nosso lugar nas instituições internacionais; exaltar nossos valores em casa e falar para defendê-los em todo o mundo; modernizar nossas capacidades militares, liderando primeiro com diplomacia; e revitalizar a incomparável rede de alianças e parcerias da América (NSS, 2021).

Além disso, ele destaca que o investimento na política externa não se trata de um investimento frívolo, mas se trata da garantia que os americanos obtêm de viver em paz, segurança e prosperidade. Biden destaca:

Quando fortalecemos nossas alianças, ampliamos nosso poder e nossa capacidade de interromper as ameaças antes que elas cheguem a nossas costas. Quando investimos no desenvolvimento econômico de países, criamos novos mercados para nossos produtos e reduzimos a probabilidade de instabilidade, violência e migrações em massa. Quando fortalecemos os sistemas de saúde em todo o mundo, reduzimos o risco de futuras pandemias que podem ameaçar nosso povo e nossa economia. Quando defendemos os direitos iguais de todas as pessoas - mulheres e meninas, indivíduos LGBTQI, comunidades indígenas, pessoas com deficiência e pessoas de todas as origens étnicas e religiosas - ajudamos a garantir que esses direitos sejam protegidos para nossos próprios filhos aqui na América (NSS, 2021).

Diferente de Donald Trump, para Biden a política interna pode ser fortalecida através da política externa. A partir disso, verificamos que Joe Biden possui um perfil progressista, multilateral e liberal, bem diferente de seu antecessor, porém são semelhantes no que diz respeito ao americanismo.

Logo, o que se estabelece na atual comunidade internacional é um sistema interdependente e complexo, que precisa do multilateralismo, e uma potência hegemônica que, ainda, está em uma marcante transição de poder, de um presidente conservador, nacionalista e anti-multilateral, para um presidente progressista, multilateral e liberal. Com isso, é importante analisar quais as medidas deixadas por Donald Trump, que Joe Biden julgará importante manter ou abandonar.

Para isso as políticas foram divididas em cinco áreas, sem hierarquia: Meio Ambiente, Economia, Direitos Humanos, Relações Bilaterais e Segurança Internacional.

3.1 Meio Ambiente

A principal ação de Trump, durante seu mandato, com respeito ao meio ambiente, foi a retirada dos Estados Unidos do Acordo Climático de Paris, no qual “abdicou do papel de liderança dos EUA no combate à mudança climática global” (BOMBERG, 2021). Além disso, Trump tinha uma postura cética quanto à cientificidade das questões climáticas, e acreditava que as políticas climáticas e ambientais destruiriam os empregos e a economia (BOMBERG, 2021).

Em contrapartida, Joe Biden desde sua campanha eleitoral deixou claro que lutaria para combater as mudanças climáticas, e estabeleceu um plano ambicioso para uma revolução de energia limpa e justiça ambiental, pretendendo zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050. Diferente de seu antecessor, Biden acredita que a crise climática pode gerar empregos, através de medidas sustentáveis, como a transição para veículos elétricos e eletricidade limpa, e capacitação dos trabalhadores e das empresas americanas para liderar uma revolução de energia limpa (WHITE HOUSE apud BOMBERG, 2021). Internamente, Joe Biden reverteu as regras ambientais prejudiciais estabelecidas por Trump, e não mede esforços para avançar com as questões climáticas dentro do país.

Quanto à política externa, Biden enxerga a cooperação global como uma oportunidade de prosseguir no combate às mudanças climáticas. Logo, cumprindo com sua promessa de campanha, Biden colocou os Estados Unidos de volta ao Acordo de Paris, o que fortaleceu a luta contra as mudanças climáticas que estava abandonada pela principal potência do sistema.

Outrossim, Biden convocou líderes mundiais para a Cúpula do Clima, com o objetivo de acelerar as respostas climáticas. Nela foram obtidos bons resultados, no qual os EUA se comprometeram a reduzir pela metade suas emissões em relação aos níveis de 2005 até 2030,

e pretendem dobrar o financiamento público climático anual para os países em desenvolvimento até 2024 (VOLCOVICI; MASON; GARDNER, 2021).

Com respeito aos outros países, a China prometeu que começaria a eliminar o uso de carvão entre 2026 e 2030. A Coreia do Sul, afirmou que pararia de financiar os projetos de carvão no exterior. O Japão e o Canadá aumentaram suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. E o Brasil, prometeu que alcançaria a neutralidade climática em 2050, e que acabaria com o desmatamento ilegal até 2030 (VOLCOVICI; MASON; GARDNER, 2021).

Isto posto, Biden tem trabalhado ativamente para colocar os Estados Unidos, novamente, como líder mundial no combate às mudanças climáticas, e definitivamente não seguirá os passos de seu predecessor.

3.2 Economia

Cumprindo com o “America First”, as políticas econômicas de Donald Trump foram focadas no protecionismo da economia estadunidense, aplicando tarifas sobre o aço e o alumínio de todo o mundo. Para Trump, alguns dos acordos comerciais firmados pelos seus antecessores prejudicaram a economia americana, e por esse motivo ele retirou os Estados Unidos da Parceria Transpácífica, reformulou o NAFTA, bloqueou o órgão de resolução de controvérsias da OMC, e iniciou/intensificou a guerra comercial contra a China.

A Agenda Comercial de Joe Biden, objetiva um

Sistema de comércio internacional justo e que promova o crescimento econômico inclusivo e reflita os valores universais da América. A política comercial deve respeitar a dignidade do trabalho e valorizar os americanos como trabalhadores assalariados, não apenas como consumidores. A agenda comercial do presidente restaurará a liderança global dos Estados Unidos, combatendo as condições de trabalho forçado e explorador, a corrupção e a discriminação contra mulheres e minorias em todo o mundo.

Por meio do envolvimento bilateral e multilateral, a administração de Biden buscará construir um consenso em torno de políticas comerciais que abordem a crise climática, reforcem as cadeias de fornecimento de energia renovável sustentável, nivelem o campo de atuação, descorajem a arbitragem regulatória e estimulem a inovação e a criatividade (OFFICE of the UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2021, P. 1).

O principal desafio de Biden é enfrentar a crise econômica decorrente da pandemia do coronavírus. Para isso, Biden lançou um plano de injeção de 1,9 trilhão de dólares na economia estadunidense, como cobertura às pessoas e negócios afetados pela pandemia. E 400 bilhões de dólares para incentivar a vacinação (LABORDE et al, 2021).

“Com sua “política externa para a classe média”, Biden prometeu se concentrar em como reorientar a política externa para tratar das preocupações econômicas da classe média.

Quando se trata de comércio, isso significa garantir que a política dos EUA contribua para a renovação da economia doméstica” (WORLD POLITICS REVIEW, 2021).

Nesse sentido, serão analisadas as ações comerciais que Biden irá ou não dar continuidade.

A respeito da Parceria Transpacífica, quando ainda era candidato à presidência, Biden respondeu a pergunta sobre se ele apoiaria a adesão dos Estados Unidos ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica, antiga Parceria Transpacífica, durante entrevista feita pelo Council on Foreign Relations, e respondeu:

Quando se trata de comércio, ou vamos escrever as regras de trânsito para o mundo ou a China o fará - e não de uma forma que avance nossos valores. Foi o que aconteceu quando recuamos da TPP - colocamos a China no assento do motorista. Isso não é bom para nossa segurança nacional ou para nossos trabalhadores. [...] Daqui para frente, meu foco será reunir nossos amigos na Ásia e na Europa para estabelecer as regras da estrada para o século 21 e se juntar a nós para endurecer a China e seus abusos de comércio e tecnologia (BIDEN apud COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2019).

Outrossim, destacou que sua política comercial será de dentro para fora, isto é, começaria a partir do fortalecimento da economia americana, e só depois assinaria acordos comerciais (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2019). E assim sendo, Biden ainda não fez considerações sobre a Parceria Transpacífica, e está empenhando esforços na economia interna do país.

Sobre o Acordo Estados Unidos-México-Canadá, a administração Biden só tem elogios:

A entrada em vigor do Acordo em 1º de julho de 2020 abriu uma nova era nas relações comerciais e econômicas da América do Norte. A renegociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte atualizou nossa parceria trilateral, modernizando e fortalecendo nosso livro de regras para garantir que nossas economias e a região permaneçam competitivas, inclusivas e sustentáveis. O USMCA também equipou as três Partes com recursos para aumentar a resiliência em face da pandemia COVID-19, colocando nossas economias firmemente no caminho do crescimento e da recuperação (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2021).

Biden indicou que uma de suas prioridades é fortalecer as relações diplomáticas entre os seus antigos aliados, dentre eles seus países vizinhos, Canadá e México. No dia 7 de julho de 2021, as ministras do comércio dos três países se encontraram para comemorar o primeiro aniversário da entrada em vigor do USMCA. Na reunião os países “reafirmaram seu compromisso com as cadeias de suprimentos e a competitividade econômica da América do Norte, que criaram um crescimento econômico significativo e benefícios para pessoas e trabalhadores nos três países” (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2021). Logo, definitivamente Biden dará continuidade ao acordo formulado por Trump.

Após o bloqueio de Trump à OMC, Joe Biden deixou o sistema de comércio internacional esperançoso ao expressar o seu apoio à nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, candidata à direção do órgão, que posteriormente assumiu o cargo.

Embora Joe Biden seja a favor do comércio multilateral, ele manteve duas estratégias de Trump. A delegação estadunidense na OMC,

apoiou a decisão do governo Trump de rotular as exportações como “Made in China” e disse que a OMC não tinha o direito de mediar o assunto porque as regras da organização permitem que os países tomem qualquer ação para proteger seus “interesses essenciais de segurança (BLOOMBERG, 2021).

A delegação dos EUA alegou que a situação respeitante a China, se trata de uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, e que questões como essa, de segurança nacional, não são “apropriados para julgamento no sistema de soluções de controvérsias da OMC”, pois isso infringiria o direito de um membro de determinar o que é de seus próprios interesses de segurança (BLOOMBERG, 2021).

Outrossim, Biden se opôs em nomear novos membros para o órgão de apelação da OMC, pois os EUA “continuam a ter preocupações sistêmicas” com o funcionamento do órgão de apelação, assim como todos os governos anteriores nos últimos 16 anos” (BLOOMBERG, 2021).

Além disso, a ministra americana Katherine Tai, em junho, declarou que um dos objetivos da administração Biden-Harris é aplicar as regras comerciais americanas em todas as áreas, inclusive na OMC. Pois as regras existentes no órgão não incluem nenhum padrão de trabalho e os trabalhadores ficam em segundo plano. E destaca

para que a OMC seja relevante e uma força para o bem, ela deve ser revitalizada e modernizada. Devemos tomar medidas ousadas para fixar sua função de negociação, nos comprometer com maior transparência e reformar o processo de solução de controvérsias” (KATHERINE TAI apud LESTER, 2021).

Logo, quanto à OMC, a administração Biden coloca um forte americanismo presente, e desconfiança sobre a organização, motivo pelo qual Biden mantém medidas tomadas por Trump. Porém há uma vontade de reformar o órgão, para que ele se torne, aos olhos estadunidenses, mais eficaz.

O governo mudou, mas as relações comerciais entre os EUA e China continuam espinhosas. A administração Biden manteve a postura dura que Trump tinha para com a China. E o temor do crescimento econômico da China e possível dominação é o mesmo.

Em fevereiro, a secretaria do Tesouro dos EUA, em entrevista à CBNC, afirmou que a administração Biden manterá as tarifas impostas por Trump em vigor, mas reconheceu que é necessário haver cooperação entre os países (BREUNINGER, 2021). Durante um discurso na Conferência de Segurança de Munique, Biden disse: “Temos que reagir contra os abusos e

coerção do governo chinês que minam os alicerces do sistema econômico internacional” (BIDEN apud BREUNINGER, 2021).

Em maio, o vice-primeiro-ministro da China, Liu He, e a representante comercial americana, Katherine Tai, através de telefonema, realizaram as primeiras negociações (SCMP, 2021). O Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos relatou que, no telefonema, os representantes "discutiram os princípios orientadores da política comercial centrada no trabalhador da Administração Biden-Harris e sua revisão em curso da relação comercial EUA-China, ao mesmo tempo em que levantaram questões preocupantes" (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE apud BBC, 2021).

Em junho a China aprovou uma nova lei, a qual oferece base legal para que ela se oponha às sanções dos EUA e da União Europeia sobre comércio e tecnologia (CHINA BRIEFING, 2021).

Em suma, durante os sete meses de governo, “Biden resolveu uma disputa comercial de longa data com a União Europeia e convenceu as autoridades europeias a adotar uma política comercial mais assertiva em relação à China este ano” (KAPLAN e RAPPEPORT, 2021), os EUA proibiram as importações de material de painel solar de Xinjiang, adicionaram 23 empresas chinesas a lista negra econômica, e o senado americano aprovou o projeto de lei para proibir os produtos de Xinjiang (CHINA BRIEFING, 2021).

É importante destacar que essa postura de Biden em relação à China, não tem agradado algumas empresas americanas, conforme disse Charles Freeman, vice-presidente sênior para a Ásia da Câmara de Comércio dos Estados Unidos: “Tem havido frustração para a comunidade empresarial com a falta de uma política econômica chinesa concreta” (FREEMAN apud NEW YORK TIMES, 2021).

Conclui-se que Biden ainda não possui uma postura firme em relação às questões econômicas com a China, porém tem seguido passos bem parecidos com os de seu antecessor, Donald Trump.

3.3 Direitos Humanos

Donald Trump sempre foi muito cético quanto às questões de direitos humanos, sua política de imigração foi linha-dura, e realizou cerca de 400 mudanças na política de imigração, e tornou mais difícil para as pessoas visitar, morar ou trabalhar nos Estados Unidos, pois para ele isso prejudicava a economia do país (FOX, 2020).

No primeiro mês do mandato, Biden suspendeu o programa de imigração de Trump, e enviou um projeto de lei de imigração ao Congresso para modernizar o sistema de imigração americano, e para mudar boa parte do que foi deixado por Donald Trump. Os principais objetivos do projeto são fornecer caminhos para a cidadania e fortalecer as proteções do trabalho, priorizar os controles de fronteira inteligentes, e endereçar as causas raízes de migração (WHITE HOUSE, 2021). No entanto, acredita-se que a aprovação do projeto será algo difícil de acontecer, visto que no século XXI, foram apresentadas duas reformas de imigração, que não lograram sucesso (KAMARCK, 2021).

Joe Biden, colocou os Estados Unidos de volta no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, ao participar da 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, após dois anos e meio sem participar, bem como anunciar sua candidatura a um assento de membro, colocando os EUA novamente como Estado central na luta pelos direitos humanos (US DEPARTMENT of STATE, 2021).

Biden manteve e assinou o plano anunciado por Trump, que reduz as admissões de refugiados até quinze mil pessoas no ano fiscal de 2021, o limite mais baixo da história. E consequentemente arquivou um plano que aumentaria o limite para 62.500. Essa atitude de Biden atraiu a ira de alguns legisladores e democratas e defensores de refugiados. Uma autoridade dos EUA relatou à Reuters, que essa abordagem cautelosa “parece estar ligada a preocupações sobre a ótica de admitir mais refugiados em um momento de aumento do número de migrantes que chegam à fronteira EUA-México nos últimos meses, e a não querer parecer "muito aberto" ou "suave "" (REUTERS E HOLLAND, 2021).

Apesar de seus esforços para mudar a herança política imigratória de Trump, o governo Biden tem recebido algumas críticas, por estar sendo passível demais para cumprir a promessa que fez no qual desfaria as políticas de imigração de Trump. No entanto, Biden tem que enfrentar uma série de processos regulatórios e burocráticos, que retardam as almejadas mudanças (KUMAR, 2021).

Um bom exemplo, é que Biden tem se esforçado para reverter o programa de Protocolos de Proteção ao Migrante (MPP, sigla em inglês), implementado por Trump, que obriga “requerentes de asilo a permanecer no México aguardando audiências dos EUA” (HURLEY e HESSON, 2021). No entanto, os Estados do Texas e Missouri não concordaram e enfrentaram a decisão, e a Suprema Corte dos EUA, negou a oferta de Joe para rescindir essa política de imigração, no estado do Texas, e exige que o governo Biden restabeleça a política de migração de Trump (PODER 360, 2021).

3.4 Relações Bilaterais

3.4.1 Estados Unidos e China

Além das relações econômicas entre a China e os Estados Unidos, é importante abordar sobre suas relações diplomáticas e tecnológicas.

Durante a administração Trump, como já explanado anteriormente, a relação entre os dois países foi bastante espinhosa, e pouco diplomática. Houve um endurecimento nas relações dos Estados Unidos com a China. E devido, a abordagem unilateralista, protecionista e nacionalista de Trump, a China conquistou maior destaque no sistema internacional, pois enquanto Trump estava fugindo da cooperação, Xi Jinping estava se posicionando de maneira cooperativa, como pôde ser visto durante a Pandemia do coronavírus, no qual Trump cortou a verba da OMS, e a China empenhou esforços para descobrir a origem do vírus e desenvolver as vacinas.

Joe Biden, mantém muito da postura que Donald Trump teve para com a China. No entanto, tem utilizado uma estratégia diferente, menos unilateral e mais multilateral, cooperando com seus aliados para impedir o avanço chinês. A disputa entre China e EUA também envolve a ideologia dos dois países. A ascensão chinesa no sistema internacional significa que o autoritarismo e o Partido Comunista Chinês, está vencendo a democracia e o liberalismo americano.

No mês de fevereiro, a primeira conversa de Joe Biden e Xi Jinping, feita através de uma ligação, trouxe esperanças de que a tensão entre os países diminuísse. Entretanto, um mês depois, durante a primeira reunião diplomática, os diplomatas de ambos países trocaram acusações sobre suas políticas. Enquanto, o representante chinês acusou o governo americano de usar seu poderio militar e supremacia financeira para suprimir os outros países, e de abusar das “noções de segurança nacional para obstruir as trocas comerciais normais e incitar alguns países a atacar a China” (PODER 360 apud YANG, 2021).

Junto da União Europeia, Reino Unido e Canadá, os Estados Unidos sancionaram a China por supostas violações aos direitos humanos em Xinjiang (CHINA BRIEFING, 2021).

Os senadores dos EUA apresentaram a Lei de Competição Estratégica de 2021, com o objetivo de sustentar seu papel de liderança global, e para conter a influência global na expansão da China. E afirma que não há nada mais perigoso para os EUA, seus aliados e o mundo do que a China e suas ambições (BOJIKIAN e PONTES, 2021). Esse documento agressivo, declarou uma espécie de Guerra Fria, entre os dois países.

Um dos poucos temas em que a China e os EUA concordam, é sobre a questão ambiental. No qual anunciaram uma declaração conjunta sobre a crise climática.

Outra parceria que a administração Biden firmou contra a China foi com o Japão, no qual se comprometeram a enfrentar juntos os desafios da China, e a investir em áreas como 5G, inteligência artificial, computação quântica, genômica e cadeias de suprimentos de semicondutores, visto que são duas democracias fortes na região e estão dispostos a defender e promover os valores que compartilham (WHITE HOUSE, 2021).

Outrossim, o Senado estadunidense também aprovou a Lei de Inovação e Concorrência, para aumentar a capacidade interna do país de competir com a tecnologia chinesa, investindo mais de US\$ 250 bilhões, na fabricação de semicondutores nos EUA, criando centros regionais de tecnologia e estimulando a inovação 5G (CHINA BRIEFING, 2021).

Biden não deu continuidade a tentativa de Trump de banir os aplicativos chineses Tik Tok e We Chat, mas “assinou novos pedidos pedindo ao Departamento de Comércio para lançar análises de segurança nacional de aplicativos com links para adversários estrangeiros, incluindo a China” (CHINA BRIEFING, 2021).

Em junho, o diplomata da China, e o Secretário de Estado dos EUA, conversaram sobre a necessidade de os dois países trabalharem juntos para a desnuclearização da Península Coreana, bem como sobre desafios globais comuns como o Irã, a Birmânia e a crise climática. O representante americano também expressou sua preocupação “com a deterioração das normas democráticas em Hong Kong e o "genocídio e limpeza étnica em curso" contra os uigures muçulmanos na região de Xinjiang” (BLINKEN apud ALJAZEERA, 2021). Por outro lado, o representante chinês, destacou que a China está empenhada em desenvolver um relacionamento com os EUA que inclua respeito mútuo e cooperação ganha-ganha, sem conflitos. Além disso, reconheceu que só existe um sistema e uma ordem no mundo, a ordem internacional liberal, e o sistema internacional multilateral centrado pela ONU. E também fez críticas aos EUA, alegando que deveriam reparar as violações de direitos humanos que ocorrem em seu próprio território, do que ficar interferindo nos assuntos internos de outros países, “caluniando a China sobre o COVID-19 e promovendo o “pseudo-multilateralismo” ao formar grupos anti-China” (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA apud CHINA BRIEFING , 2021).

Os líderes do G7 “criticaram Pequim sobre os direitos humanos na região de Xinjiang, pediram a Hong Kong para manter um alto grau de autonomia e exigiram uma investigação

completa das origens do coronavírus na China” (CHINA BRIEFING, 2021). Ademais, os líderes da OTAN, declararam que a China apresenta um risco de segurança global, e “aprovaram uma estratégia que exige que os Estados membros utilizem mais recursos para lidar com a crescente influência global da China” (CHINA BRIEFING, 2021).

Após esse embate durante os últimos meses, no dia 10 de setembro, Joe Biden realizou uma ligação para Xi Jinping, para reiniciar os laços bilaterais entre os países. Nessa conversa,

Os líderes tiveram uma discussão ampla e estratégica na qual conversaram sobre assuntos em que os nossos interesses convergem, e sobre áreas nas quais nossos interesses, valores e perspectivas divergem”, indicou a Casa Branca em comunicado. Ambos “acordaram que irão se relacionar de forma aberta e direta em todos esses assuntos”, acrescenta a nota. (EFE, 2021).

Aparentemente, as duas nações alimentam esperanças ao sistema internacional de relações mais pacíficas, cooperativas e menos agressivas entre si. Biden parece reconhecer que manter uma postura linha dura para com a China, não é a solução para conter seu avanço.

A relação bilateral entre EUA e China é uma peça chave para o governo americano, no contexto da Coreia do Norte, devido à sua influência econômica e política sobre o país (HUDSON e NAKASHIMA, 2021).

3.4.2 Estados Unidos e Coreia do Norte

As relações entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos durante o governo Trump foram muito espinhosas, com demonstrações de armas nucleares e ameaças mútuas.

Na administração Biden-Harris, a Coreia do Norte não é uma prioridade. Durante uma coletiva de imprensa conjunta com o presidente da Coreia do Sul, o presidente americano, afirmou que se houvesse um compromisso em comum entre os EUA e a Coreia do Norte, e esse compromisso fosse sobre o arsenal nuclear de Kim Jong Un, ele se encontraria com o ditador norte coreano. E que com certeza “não faria o que foi feito no passado recente”, como por exemplo as reuniões de alto nível realizadas entre Trump e Kim, e não daria a Kim o que ele procura, “reconhecimento internacional como legítimo” (BIDEN apud CNBC, 2021). Os EUA e a Coreia do Sul se comprometeram a trabalhar juntos para continuar o esforço de desnuclearizar a Coreia do Norte.

Em uma entrevista para o Washington Post, um alto funcionário do governo informou sobre o plano que está sendo revisado e elaborado para a desnuclearização da Coreia do Norte. A secretária de imprensa da Casa Branca disse que

“Nosso objetivo continua sendo a desnuclearização completa da Península Coreana, com um claro entendimento de que os esforços das últimas quatro administrações não alcançaram esse objetivo”, disse ela. “Nossa política não se concentrará em

alcançar uma grande barganha, nem contará com paciência estratégica.” (PSAKI apud HUDSON e NAKASHIMA, 2021).

Embora esse plano esteja sendo elaborado, as autoridades norte-americanas reconhecem que o que estão planejando não será capaz de impedir a provocação da Coreia do Norte, e enquanto isso não acontece pretendem manter a pressão das sanções (HUDSON e NAKASHIMA, 2021).

A abordagem que está sendo utilizada para esse plano “é uma “abordagem diplomática cuidadosa e modulada, preparada para oferecer alívio para etapas específicas” com um “objetivo final de desnuclearização”, disse o funcionário (HUDSON e NAKASHIMA, 2021). Isto é,

Biden está buscando algo entre a grande barganha "tudo por tudo" da administração Trump com Pyongyang (envolvendo o alívio total das sanções para desnuclearização completa e precoce) e a postura de paciência estratégica "nada por nada" da administração Obama (caracterizada como retendo o envolvimento com o Norte até que este mude o seu comportamento) (OFICIAL DOS EUA apud BROOKINGS EDU, 2021).

Em agosto, o enviado especial dos EUA para a Coreia do Norte, Sung Kim, visitou a Coreia do Sul para discutir os esforços para a desnuclearização da Coreia do Norte. O encontro acontece após os exercícios militares realizados pela Coreia do Sul e pelos EUA, e ameaças feitas por Kim Yo Jong, irmã de Kim Jong Un, em resposta dizendo que eles estavam desafiando seus repetidos avisos, e que enfrentarão ameaças mais sérias à segurança (THE DIPLOMAT apud JONG, 2021).

Nesse encontro com os homólogos sul-coreanos, Kim afirmou que “os EUA não têm intenção hostil em relação à Coreia do Norte e os exercícios militares são puramente defensivos” (KIM apud SHIN, 2021). E foi discutido a possível assistência humanitária dos dois países à Coreia do Norte, através de organizações internacionais, bem como o representante se posicionou dizendo que continua pronto para encontrar seus homólogos norte-coreanos em qualquer lugar e a qualquer momento para renegociar o diálogo sobre sua desnuclearização (KIM apud SHIN, 2021).

Nota-se que Biden pretende alcançar a desnuclearização norte-coreana por vias diplomáticas, porém não tem pressa para que isso aconteça.

3.4.3 Estados Unidos e Afeganistão

A retirada das tropas americanas do Afeganistão foi um tema debatido desde o Governo Obama. Na época Joe Biden era vice-presidente, e deixou claro que sua posição era a favor do fim da guerra e não ao aumento de tropas para enfraquecer o Talibã.

O objetivo de Barack Obama com a retirada das tropas, era mudar o escopo da atuação americana no país, “para uma missão de treinar e ajudar as forças de segurança afegãs”, com o reconhecimento de que o papel dos EUA era derrubar os terroristas e manter o Talibã sob controle (LIPTAK, 2021).

No entanto, embora a vontade de retirar as tropas americanas do Afeganistão tenha partido e iniciado no Governo Obama, ela foi continuada por Trump e concretizada por Joe Biden.

Como já exposto anteriormente, Trump firmou um acordo com o Talibã para a retirada total dos Estados Unidos, com prazo até maio de 2021, “em troca de garantias do Talibã de que reduziria a violência e cortaria os laços com grupos terroristas” (LIPTAK, 2021).

Quando Joe Biden tomou posse, pôde realizar o que queria desde o governo Obama, a retirada das tropas do Afeganistão. Entretanto, a retirada ansiosa das tropas poderia tornar o Afeganistão um paraíso para terroristas, como disse o Secretário-Geral da OTAN, que era necessário que o Talibã fizesse mais “no que diz respeito a cumprir seus compromissos [...] para se certificar de que romperá todos os laços com os terroristas internacionais” (SOLTENBERG apud REUTERS, 2021). Biden ficou em um impasse entre tirar as tropas americanas e correr o risco de que o Talibã tomasse o poder, e permanecer no país depois do prazo estabelecido por Trump, e colocar em risco as tropas estadunidenses a ataques (LIPTAK, 2021).

No fim, Biden priorizou suas tropas, e acreditando que os objetivos do país já haviam sido alcançados no Afeganistão, estabeleceu um plano para retirar todos os soldados até 11 de setembro de 2021, e também as tropas da OTAN. E afirmou que continuaria a ajudar as forças de segurança afegãs e apoiar o processo de paz (Council on Foreign Relations, s.d.).

Enquanto o Pentágono retirava as pessoas do país, o Talibã se empenhava em tomar as capitais das províncias. No dia 15 de agosto, o Talibã invadiu Cabul, a capital, e assumiu o poder depois que o presidente Ghani deixou o país (LIPTAK, 2021). “O ex-presidente afegão Karzai e Abdullah, ex-chefe do executivo sob Ghani, criaram um conselho para facilitar uma transição pacífica para um governo talibã” (Council on Foreign Relations, s.d.). A rapidez com que essa tomada de poder aconteceu, surpreendeu as autoridades estadunidenses, e iniciou uma corrida contra o tempo para retirar os cidadãos e aliados afegãos do país, que temiam represálias dos militantes (LIPTAK, 2021).

Mesmo diante do caos que estava dentro do Afeganistão com milhares de pessoas tentando fugir, e diante de toda a repercussão negativa que isso causou no sistema

internacional, Joe Biden manteve sua decisão e afirmou que acabar com o envolvimento militar dos EUA no Afeganistão foi a melhor decisão. No entanto, reconhece que a retirada das tropas foi difícil, confusa e longe de ser perfeita, mas que cumpriu com seu compromisso (BIDEN, 2021).

No dia 26 de agosto, treze militares americanos e sessenta afegãos morreram no ataque terrorista executado pelo Estado Islâmico Khorasan, no aeroporto de Cabul, embora o ataque não impediu que a evacuação continuasse, Joe Biden sentiu o impacto e disse: “Não vamos perdoar. Nós não esqueceremos. Vamos caçá-lo e fazê-lo pagar” (HASHEMI et al. apud BIDEN, 2021). E prometeu tomar medidas contra o Estado Islâmico.

Em 31 de agosto foi declarada a conclusão da retirada das tropas, e afirmou que a comunidade internacional espera que o Talibã cumpra com o compromisso de permitir a saída daqueles que queiram deixar o país (MANZANO, 2021). Durante esse período o Talibã anunciou uma anistia geral e pediu às mulheres que se juntem ao seu governo, porém a comunidade internacional recebeu esse anúncio com ceticismo, como uma tentativa de convencer que o grupo mudou.

Apesar de tudo, “os Estados Unidos não planejam deixar diplomatas para trás no Afeganistão e decidirão o que fazer no futuro com base nas ações do Talibã” (REUTERS, 2021). Mas terá que lidar com a possibilidade de uma crise humanitária e econômica no Afeganistão, além de rever suas relações com a Europa, pois devido a proximidade geográfica, quem terá que lidar diretamente com o grande fluxo de migrantes do Afeganistão serão os países europeus.

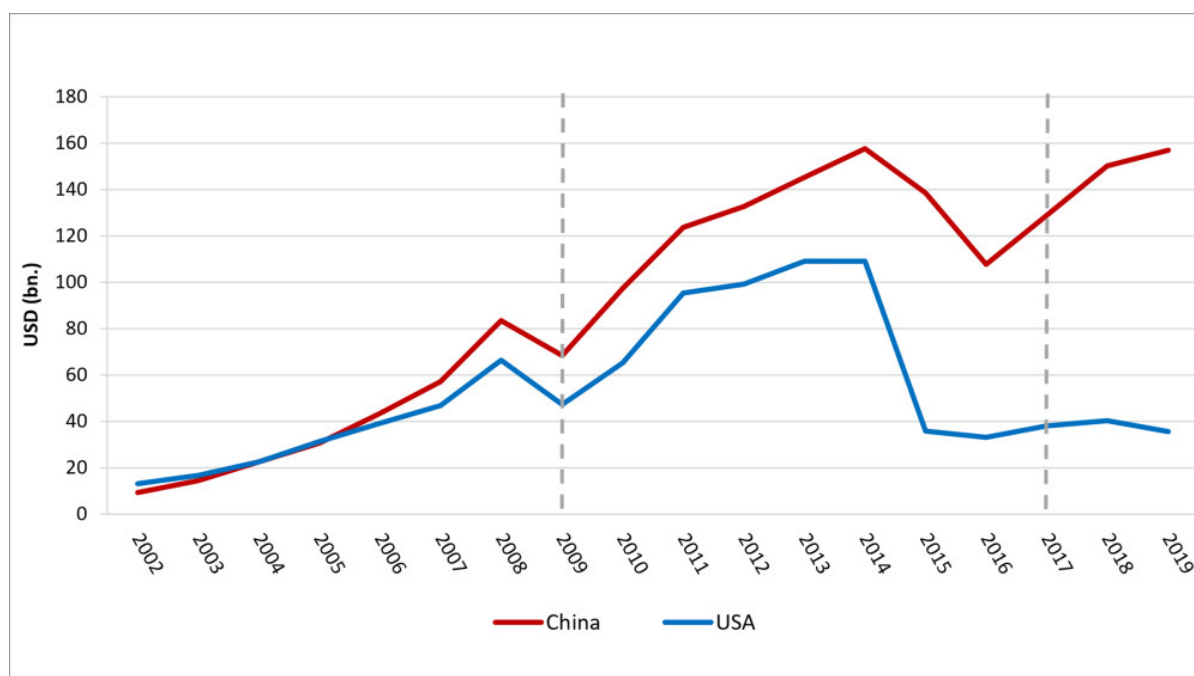
O único ponto em que pode-se vislumbrar uma possível cooperação entre os Estados Unidos e o Afeganistão é em relação ao Estado Islâmico, que é inimigo jurado do Talibã (REUTERS, 2021).

3.4.4 Estados Unidos e África

Durante a presidência de Donald Trump, as relações com os países do continente africano ficaram em baixa. Ele desempenhou algumas políticas como o Prosper África, e apoiou iniciativas para acabar com a guerra civil em Camarões e apoiar a nova democracia do Sudão, no entanto nunca esteve pessoalmente envolvido com as questões africanas (CAMPBELL, 2020). E chegou até a utilizar uma expressão de baixo calão para se referir aos países africanos, como “buracos de merda”, durante uma reunião com legisladores na Casa Branca, no qual discutia sobre a questão migratória (G1, 2018).

Em contrapartida, a eleição de Joe Biden traz esperanças para o continente africano. Durante a Cúpula da União Africana, Biden disse que “os Estados Unidos estão prontos, agora, para ser seu parceiro em solidariedade, apoio e respeito mútuo”, e prometeu ampliar as relações comerciais e realizar investimentos para promover a paz e a segurança no continente (BIDEN apud CNN, 2021).

A atuação de Biden na África se torna mais interessante, pois com o declínio das relações EUA-África durante o governo Trump, a China conseguiu se destacar no continente, e se tornou um importante parceiro comercial, “o volume de comércio entre os países africanos e a República Popular é quase quatro vezes maior do que com os Estados Unidos” (SOEST, 2021), como mostra no gráfico elaborado pelo China Africa Research Initiative:



Fonte: China Africa Research Initiative

E para mudar essa realidade, a administração Biden busca “expandir os laços comerciais entre as empresas dos EUA e a África, com foco em energia limpa, saúde, agronegócio e infraestrutura de transporte no continente” (OLADIPO e SHALAL, 2021). Para isso, planejam revigorar o Prosper Africa, sendo uma “peça central do envolvimento econômico e comercial dos EUA com a África” (REUTERS apud BANKS, 2021). Além disso, “solicitou quase US \$ 80 milhões para a iniciativa em sua proposta de orçamento, que visa direcioná-la nas mulheres e na equidade, com uma função ampliada para as pequenas e médias empresas” (OLADIPO e SHALAL apud BANKS, 2021).

Até o momento, Biden empenhou mais esforços na sua relação comercial com a África. E demonstrou que se importa com o continente africano ao suspender as restrições discriminatórias de entrada no país, para pessoas de países mulçumanos e africanos (SANDNER, 2021). Quanto a questões como política de segurança e cooperação para o desenvolvimento, o governo Biden não fez grandes manifestações (SOEST, 2021).

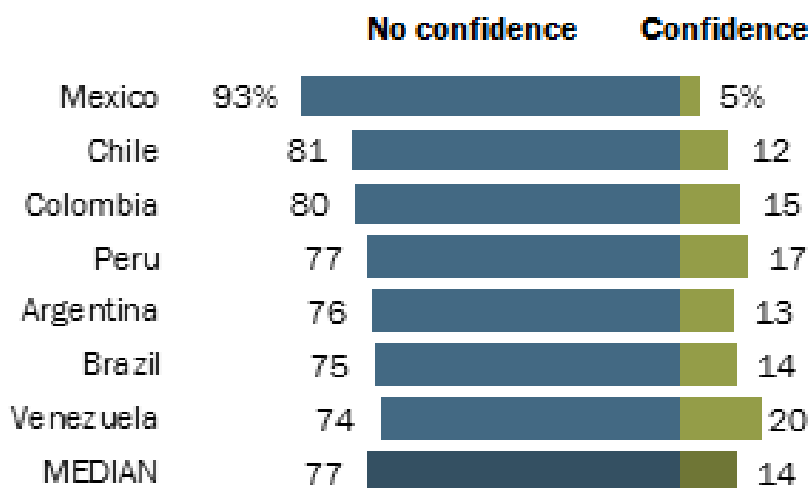
Com isso, percebe-se que o “foco dominante da política externa em Washington permanece na competição geoestratégica com a China” (SOEST, 2021). O que não é muito diferente da visão de seu antecessor para com a África, porém Biden pretende atuar na região de uma maneira mais ativa e cooperativa, com o objetivo de que a América lidere novamente.

3.4.5 Estados Unidos e América Latina

Donald Trump, também não tinha uma abordagem consistente para os países latino americanos. E sua imagem na América Latina não era positiva, grande parte não confiavam que Trump tomaria decisões corretas sobre os assuntos mundiais, conforme pesquisa realizada pelo Pew Research Center em 2017:

Large majorities in Latin America lack confidence in President Trump

How much confidence do you have in U.S. President Donald Trump to do the right thing regarding world affairs?



Source: Spring 2017 Global Attitudes Survey.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research

De maneira geral, a América Latina foi em grande parte uma reflexão tardia, exceto por algumas questões-chave, como impedir o fluxo de refugiados e migrantes de cruzar a fronteira sul dos Estados Unidos, principalmente emolduradas a partir de sua perspectiva nacionalista “América em Primeiro Lugar” (GHITIS, 2020).

Dentre os países latino americanos, será abordado especificamente sobre a relação dos EUA com o México, Brasil e Argentina.

A relação entre o México e os Estados Unidos durante o governo Trump foi conturbada, com pontos altos e baixos, e se concentrou em duas principais questões: migratória e comercial. Ao construir o muro e estabelecer o Protocolo de Proteção ao Migrante (MPP), Trump endureceu a política migratória. E ao firmar o USMCA, Trump “fortaleceu as cadeias regionais de valor e reposicionou o México na estratégia global dos EUA” (FRANZONI, 2020).

A administração Biden-Harris, utiliza uma abordagem mais cooperativa para lidar com o México. E além de suspender o MPP, e apoiar o comércio mútuo através do USMCA, bem como no envio de doses de vacinas contra a COVID-19, a vice-presidente Harris realizou uma reunião junto com o presidente do México, para estabelecer compromissos que sejam benéficos para ambos os lados. Com foco nas questões humanitárias e comerciais, ficou acordado que eles manteriam o diálogo sobre a segurança compartilhada, que os EUA investirão US \$ 130 milhões em assistência técnica e cooperação para implementar a legislação trabalhista, que ambos os governos assinaram um memorando para estabelecer uma parceria estratégica para enfrentar a falta de oportunidades na América Central, que as agências de aplicação da lei dos dois países farão parcerias para desabilitar o tráfico de pessoas e organizações de contrabando de pessoas, bem como farão parceria para solucionar casos de desaparecimento no México. Além disso, o governo estadunidense desenvolveu um pacote de subsídios, empréstimos e outros para atrair investimentos para o sul do México (WHITE HOUSE, 2021).

Ademais, retomaram o Diálogo Econômico de Alto Nível EUA-México, que “se concentra em reconstruir juntos, promover o desenvolvimento econômico e social sustentável no sul do México e na América Central, garantir as ferramentas para a prosperidade futura e investir em nosso povo” (US DEPARTMENT of STATE, 2021).

A Argentina teve um destaque importante para o governo Trump, por causa da expansão chinesa no país, principalmente no volume de investimentos que o país recebe da China. Quando Alberto Fernandez foi eleito, Trump expressou apoio em ajudar o país a superar desafios econômicos, e instruiu o FMI a trabalhar com a Argentina para solucionar o problema da dívida (LAMMERTYN, 2019). Além disso, ao indicar Claver Carone, para comandar o Banco Interamericano de Desenvolvimento, gerou incômodo na Argentina, fazendo com que sugerisse a suspensão da votação. A presidência de Claver Carone é estratégica para os EUA, para ganhar influência na América Latina e conter a China (GARRISON e SHALAL, 2020). Outrossim, Trump ameaçou restabelecer tarifas sobre as importações de aço e alumínio da Argentina e Brasil, após isentá-los, pois havia tido uma enorme desvalorização de suas moedas, que era prejudicial aos agricultores, no entanto Trump não efetivou essa decisão.

Após Biden vencer as eleições, Alberto ligou para ele para parabenizá-lo, e Biden disse que quer ter uma relação sólida com o continente (BUENOS AIRES TIMES, 2021). Biden agradeceu ao presidente argentino, em carta na Cúpula de líderes mundiais sobre o clima, pela contribuição do país na luta contra a crise climática e defendeu que ambos sigam

trabalhando juntos (EFE, 2021). Alberto ressaltou que os principais pontos da agenda EUA-Argentina são: frente única contra a pandemia do coronavírus, fortalecimento dos valores social-democratas, e crise ambiental (SALVI, 2021). Para Biden, a principal prioridade é a questão ambiental, até o momento Biden não expressou preocupação com as relações econômicas com a Argentina, apesar de ser fundamental no novo acordo de financiamento do FMI que a Argentina está negociando (BUENOS AIRES TIMES, 2021).

No Brasil, o presidente Bolsonaro tinha um forte alinhamento ideológico com Donald Trump, durante a pandemia ambos concordavam com o uso da cloroquina, e culpavam a China por causa da origem do vírus.

No entanto, a boa relação entre eles gerou mais benefícios na teoria do que na prática para o Brasil, devido a assimetria que existia entre os países, no qual o Brasil cedia em vários setores, mas em troca recebia apenas promessas, como na política migratória no qual “Bolsonaro extinguiu a necessidade de visto para turistas americanos entrarem no Brasil, mas Trump não fez o mesmo” (BBC, 2020).

Na questão comercial, assinaram três acordos comerciais que "preveem a abolição de algumas barreiras não-tarifárias no comércio bilateral" (BBC, 2020). Sobre a questão ambiental, ambos são negligentes quanto ao impacto das mudanças climáticas. Além disso, “o governo Bolsonaro fez uma série de concessões em troca do apoio dos Estados Unidos à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”(BBC, 2020), como por exemplo abrir mão do status de país em desenvolvimento na OMC.

Quanto a questão do 5G, o Brasil vem sendo pressionado tanto pela China quanto pelos EUA, e no centro está a empresa chinesa Huawei, pois para os estadunidenses “ela representa um perigo de segurança nacional aos países que comprarem seus equipamentos” (BBC, 2020). Os EUA alegam que, “se toda a sociedade estiver interconectada usando equipamento de uma empresa chinesa, todos nós estaríamos vulneráveis à espionagem pelo governo da China” (BBC, 2021), com isso os americanos querem “que o Brasil adote uma licitação que exclua o uso de equipamentos da Huawei por parte das operadoras” (BBC, 2020).

Essa pressão sobre o Brasil em relação a Huawei continua no governo Biden, Biden ofereceu espaço na Otan para o Brasil vetar a chinesa Huawei no 5G, no sentido de que uma coisa depende da outra, no entanto, Bolsonaro ainda não firmou compromissos sobre a Huawei (REUTERS, 2021).

Com as questões ambientais como prioridade, Biden também tem pressionado o governo brasileiro sobre o desmatamento da Amazônia. Em um primeiro momento, através de uma carta a Biden, Bolsonaro reiterou o compromisso com os esforços internacionais de proteção ao meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável (GOVERNO BRASILEIRO, 2021). Porém, em agosto, Bolsonaro disse que “o governo Biden é um governo mais de esquerda e um governo que tem quase uma obsessão pela questão ambiental, então isso atrapalha um pouquinho a gente” (BEHNKE apud BOLSONARO, 2021). Esses entraves nas questões ambientais, têm, de fato, atrapalhado as relações comerciais entre os dois países, pois a prioridade de Biden no Brasil é a preservação da Amazônia e dos direitos dos povos indígenas brasileiros (OCAA, 2021).

3.5 Segurança Internacional

Conforme visto no segundo capítulo, Trump retirou os Estados Unidos do Tratado de Céus Aberto, do Acordo Nuclear com o Irã e iniciou a retirada das tropas do Afeganistão.

Joe Biden determinou que não entrará novamente no Tratado de Céus Abertos, o porta-voz do Departamento de Estado disse:

“Os Estados Unidos lamentam que o Tratado de Céus Abertos tenha sido prejudicado pelas violações da Rússia. Ao concluir sua revisão do tratado, os Estados Unidos, portanto, não pretendem tentar aderir a ele, dado o fracasso da Rússia em tomar quaisquer medidas para voltar ao cumprimento. Além disso, o comportamento da Rússia, incluindo suas ações recentes em relação à Ucrânia, não é o de um parceiro comprometido com a construção de confiança” (PORTA-VOZ DO DEPARTAMENTO DE ESTADO apud ATWOOD e LEBLANC, 2021).

Além disso, Biden deseja voltar ao Acordo Nuclear com o Irã, e explora maneiras de restaurar o acordo. O Irã e as principais potências do JCPOA, sendo elas União Europeia, China, França, Alemanha, Rússia, Grã-Bretanha, reuniram-se em Viena, para retomar as negociações, e preparar o caminho para o retorno dos EUA. Os EUA participaram de maneira indireta. Porém, não é tão simples, pois “os EUA exigiram como pré-requisito que o Irã encerrasse seu enriquecimento de urânio, o que viola o acordo, enquanto o Irã exige que os EUA retirem primeiro as sanções impostas por Trump” (DW, 2021).

Outrossim, “a eleição do presidente conservador Ebrahim Raisi no Irã complicou ainda mais a situação. As negociações estão congeladas desde junho com o governo iraniano em transição” (HARB, 2021). Logo, tendo em vista esse impasse, para alguns especialistas não será fácil retornar com o acordo multilateral.

Outro momento de destaque sobre a segurança internacional, e que já foi explicado anteriormente, foi a caótica retirada das tropas, nacionais e aliados americanos do Afeganistão. A consolidação do Talibã no poder afegão, faz com que os interesses de

segurança dos EUA e do Ocidente se concentrem em “impedir que o país se torne um porto seguro para a Al-Qaeda e outros grupos terroristas que pretendem atacar o Ocidente, e proteger os direitos humanos e as liberdades civis das predileções do Taleban no poder” (ATLANTIC COUNCIL, 2021). Para isso, especialistas acreditam que “o governo deve resistir às pressões para normalizar as relações com o Taleban” (ATLANTIC COUNCIL, 2021), isto é, não se deve ceder ao discurso brando que o Talibã tem utilizado, mas esperar respostas concretas para então estabelecer algum tipo de relação. Sobre isso, o chefe da diplomacia nos EUA alertou para que é necessário “insistir que todos os países, incluindo o Paquistão, atendam às expectativas que a comunidade internacional tem sobre o que é exigido de um governo liderado pelo Talibã, se quiser receber qualquer tipo de legitimidade ou apoio” (ESTADO DE MINAS apud BLINKEN, 2021).

Recentemente, foi anunciado pelos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, o pacto militar AUKUS. Considerado por alguns analistas o maior acordo de segurança entre os três países desde a Segunda Guerra Mundial (BBC, 2021), tem como objetivo trabalhar em cooperação para preservar a segurança e estabilidade no Indo-Pacífico (MORRISON, 2021). Esse pacto surge diante do crescimento militar da China, e dos temores de que essa região do “Mar do Sul da China possa ser o local onde as tensões diplomáticas entre a China e os EUA (e seus aliados) atinjam o ponto de agressão militar aberta” (BBC, 2021). “O pacto dará à Austrália acesso a submarinos com propulsão nuclear e mísseis de longo alcance de tecnologia norte-americana” (MAO, 2021).

Biden declarou também que a AUKUS aumentará a contribuição americana para suas parcerias na região do Indo-Pacífico, sendo elas: os países da ANZUS, ASEAN, QUAD, Five Eyes e os demais parceiros do Pacífico (MORRISON, 2021).

Durante a divulgação do AUKUS, Biden disse que é necessário “abordar o ambiente estratégico atual na região e como ela pode evoluir. Porque o futuro de cada uma das nações, e do mundo, depende de um Indo-Pacífico livre e aberto que perdure e floresça nas próximas décadas” (BIDEN, 2021). Para alguns analistas, em outras palavras, Biden quer um Indo-Pacífico livre do domínio chinês (MCTAGUE, 2021).

Além disso, através da AUKUS Biden marca uma ruptura com a política externa de seu antecessor, que rejeitava pactos globais, e os via como aproveitadores dos Estados Unidos. E mostra que Biden, tem buscado retomar o posto de liderança global, ou pelo menos o status de líder global, que Trump negligenciou, ou seja, “os EUA estão tendo que se adaptar ao novo mundo do poder chinês para proteger o velho mundo “livre e aberto” do comércio

global e da supremacia americana que Washington construiu após a Segunda Guerra Mundial” (MCTAGUE, 2021) .

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a política externa americana conduzida por Donald Trump, e interpretá-la por meio da lente teórica do Realismo Ofensivo, dentro de um sistema internacional, examinado através da teoria da Interdependência Complexa, que coloca o multilateralismo como a melhor forma de administração internacional. Diante disso, os leitores puderam verificar como a política externa americana foi e está sendo conduzida por seus governantes, e como isso afeta não só o sistema multilateral como também a hegemonia americana.

Como mencionado no capítulo 3, o Governo Trump se caracteriza claramente na Teoria do Realismo Ofensivo, pois ele considerou a anarquia do sistema, a incerteza das intenções dos Estados, agiu de maneira estratégica visando a sobrevivência da hegemonia americana, desconsiderou em parte a cooperação, mas a utilizou quando necessário objetivando os ganhos relativos que teria.

Nesse sentido, retomamos a pergunta da pesquisa: Em que medida o Governo Trump utilizou o multilateralismo para conduzir a Política Externa americana e como isso afetou a imagem do país no sistema? Para responder a questão, como visto nos capítulos 1 e 3 a política externa estadunidense ela tem um caráter contínuo, independente do partido que está no poder, o foco dos Estados Unidos, principalmente depois da Guerra Fria, é sempre manter o establishment americano.

Conforme tratado no primeiro capítulo, o Presidente George W. Bush teve uma postura mais unilateral, ao sair de tratados internacionais, e diminuir a valorização do direito internacional, porém quando viu o avanço econômico que a China estava tendo, propôs o Diálogo Estratégico e Econômico Estados Unidos - China, para refrear o desequilíbrio comercial. Em contrapartida, o Presidente Obama era mais pacifista, tinha uma visão multilateral, levou os Estados Unidos para todas as regiões do globo por meio da cooperação, e com o mesmo objetivo de Bush de conter o domínio político-militar-econômico da China, priorizou as relações com os países do Leste Asiático. Depois Donald Trump chega ao poder, e como visto no segundo capítulo, também saiu de vários tratados, bloqueou o órgão de solução de controvérsias da OMC, e sua estratégia para conter o avanço chinês foi impor várias tarifas sobre os produtos chineses, realizar fortes acusações contra o país, bem como

cutar a verba da OMS, alegando que a China era mais favorecida e que possuía o controle do órgão. Portanto, através disso é possível verificar que a política externa americana oscila entre o unilateralismo e o multilateralismo, a depender do governo vigente. E sua principal preocupação no século XXI tem sido o avanço chinês sobre o globo, que ameaça a hegemonia dos Estados Unidos, visto que em todos os governos nota-se esforços para conter a China.

Nesse sentido, destaca-se o governo Donald Trump, que preocupado em proteger a economia americana, tomou inúmeras medidas protecionistas e unilaterais, firmando acordos que fossem favoráveis, apenas aos Estados Unidos, e dessa maneira tirou o país da liderança global, e através de seus discursos que continha um teor extremista e agressivo para com os demais países, a confiança dos demais países nos Estados Unidos, e especificamente no presidente decaiu em comparação com os presidentes anteriores, conforme mostra a pesquisa do Pew Research:

Low international ratings for Trump throughout his presidency

% who have **confidence** in U.S. President ___ to do the right thing regarding world affairs

■ Highest rating ■ Lowest rating

	George W. Bush						Barack Obama								Donald Trump			
	2001	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Canada	-	59	40	-	28	-	88	-	-	-	81	-	76	83	22	25	28	20
France	20	20	25	15	14	13	91	87	84	86	83	83	83	84	14	9	20	11
Germany	51	33	30	25	19	14	93	90	88	87	88	71	73	86	11	10	13	10
Italy	33	43	-	-	30	-	-	-	-	73	76	75	77	68	25	27	32	16
Netherlands	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	17	19	25	18
Spain	-	26	18	7	7	8	72	69	67	61	54	58	58	75	7	7	21	16
Sweden	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	93	10	17	18	15
UK	30	51	38	30	24	16	86	84	75	80	72	74	76	79	22	28	32	19
Czech Rep.	-	-	-	-	36	-	-	-	-	77	75	-	-	-	-	-	28	-
Poland	-	-	47	-	29	41	62	60	52	50	49	55	64	58	23	35	51	-
Russia	-	8	28	21	18	22	37	41	41	36	29	15	11	-	53	19	20	-
Ukraine	-	-	-	-	19	-	-	-	37	-	-	44	51	-	-	-	44	-
Australia	-	59	-	-	-	23	-	-	-	-	77	-	81	84	29	32	35	23
Indonesia	-	-	19	20	14	23	71	67	62	-	53	60	64	-	23	28	30	-
Japan	-	-	-	32	35	25	85	76	81	74	70	60	66	78	24	30	36	25
South Korea	-	36	-	-	22	30	81	75	-	-	77	84	88	-	17	44	46	17
Israel	-	83	-	-	57	-	56	-	49	-	61	71	49	-	56	69	71	-
Jordan	-	1	1	7	8	7	31	26	28	22	24	17	14	-	9	-	-	-
Lebanon	-	17	23	-	34	33	46	43	43	39	37	35	36	-	15	-	23	-
Turkey	-	8	8	3	2	2	33	23	12	24	29	24	45	-	11	-	11	-
Ghana	-	-	-	-	69	-	-	-	-	-	55	60	82	-	49	-	-	-
Kenya	-	-	-	-	72	-	94	95	86	-	81	78	80	83	51	56	65	-
South Africa	-	-	-	-	-	32	-	-	-	-	74	72	77	73	39	39	42	-
Tanzania	-	-	-	-	40	60	-	-	-	-	-	74	78	-	51	-	-	-
Argentina	-	-	-	-	5	7	61	49	-	-	44	31	40	-	13	11	22	-
Chile	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-	56	54	60	-	12	-	-	-
Mexico	-	-	-	-	28	16	55	43	38	42	49	40	49	-	5	6	8	-
Peru	-	-	-	-	29	-	-	-	-	-	-	46	53	-	17	-	-	-

Note: In Italy, 2020 survey was conducted by telephone; prior surveys were conducted face-to-face.

Source: Summer 2020 Global Attitudes Survey.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research

Esse fato abriu espaço para que a China expandisse os seus horizontes, e atuasse em lugares que os Estados Unidos saíram de cena, como por exemplo no continente africano.

Com isso, também abordado no capítulo 3, o governo Biden tem um caráter progressista, multilateral e liberal, bem diferente de seu antecessor. Nesse sentido foram analisadas as políticas de Trump que Biden dará continuidade ou não. Através dos pontos analisados, constata-se momentos de ruptura e continuidade, que serão colocados a seguir.

No que diz respeito à questão ambiental, Joe Biden quer recolocar os Estados Unidos como líder nas questões climáticas, e rompeu definitivamente com as medidas de Trump, ao colocar os Estados Unidos de volta no Acordo de Paris, e reverter políticas ambientais internas.

Em relação a economia, Biden não se distancia de seu antecessor, com o mesmo objetivo de fortalecer a economia interna do país, fez elogios ao Acordo UMSCA indicando que priorizará as relações com seus antigos aliados. E manteve a decisão de Trump de não nomear novos membros para o órgão de apelação da OMC, e ainda alegou que a OMC não tem direito de mediar a relação China-EUA, pois as regras da organização permitem a liberdade de ação dos Estados para proteger seus interesses de segurança nacional. E conservou também as tarifas comerciais sobre a China, embora tenha sinalizado que gostaria de cooperar com a China.

Sobre os Direitos Humanos, verifica-se que há um forte investimento da administração Biden em mudar a política de imigração de Trump, além de voltar para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. No entanto, está sendo cauteloso nessa ruptura, ao assinar o plano de redução de admissões de refugiados, tendo em vista o alto fluxo migratório entre EUA e México.

No que concerne às relações bilaterais com outros países, os pontos de ruptura e continuidade, vão depender da prioridade que Biden tem com aquele determinado Estado. Como suas relações com a China, embora tenha o objetivo de conter o avanço chinês, e tem executado medidas fortes contra o país em cooperação com seus aliados, como colocado no terceiro capítulo, Biden parece reconhecer que manter uma postura linha-dura com a China não é a solução, e tem buscado restabelecer a relações bilaterais com o país asiático, a medida do possível.

Outrossim, da mesma maneira que está fazendo com a China, Biden tem buscado a cooperação com a Coreia do Sul para desnuclearizar a Coreia do Norte, e ao mesmo tempo que se recusa a realizar reuniões com Kim Jong Un, também pretende elaborar uma proposta

“diplomática cuidadosa” para a desnuclearização, porém não é uma prioridade, rompendo totalmente com a postura de Trump.

Quanto às relações com o Afeganistão, Biden manteve totalmente as medidas de Trump, na retirada das tropas, e colheu os maus frutos devido a má administração desta operação.

Nas relações bilaterais dos EUA com a África, Biden ainda não rompeu diretamente com o governo Trump, porém tem mais interesse no continente, principalmente no que diz respeito ao avanço chinês sobre os países africanos, Biden pretende restabelecer a liderança americana sobre o continente.

No que se refere às relações com os países latino americanos, Biden rompeu com a postura de Trump. Nas relações com o México, Biden pretende utilizar uma abordagem mais cooperativa, buscando soluções que beneficiem ambos os países. E quanto aos países sul-americanos, como Brasil e Argentina, a principal prioridade de Biden em ambos é quanto à questão ambiental. Porém Biden se aproxima de Trump, ao pressionar o Brasil para o país vetar a empresa chinesa, Huawei, no 5G, oferecendo-lhe até um espaço na OTAN, também com o objetivo de conter o avanço chinês.

Por fim, quanto à Segurança Internacional Biden manteve a decisão de sair do Tratado de Céus abertos, expressaram que pretendem voltar ao Acordo Nuclear do Irã, e anunciou o pacto militar AUKUS que pretende, indiretamente, manter a região do Indo-Pacífico longe do domínio chinês, buscando o status de líder global, que Trump negligenciou.

Como colocado no capítulo 3, verifica-se que Joe Biden possui o caráter nacionalista, ao querer “tornar a América, de novo, a força que lidera o bem do mundo”, isto é, presente em todos os presidentes estadunidenses do século XXI, e através de sua estratégia de segurança, NSS, percebe-se que ele reconhece a interdependência complexa, pois acredita que a política externa influencia e afeta a política interna, bem como a necessidade de se aplicar o multilateralismo. Porém, devido a instantaneidade dos fatos, ainda não se pode definir qual a melhor teoria se aplica ao governo Biden-Harris.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ANSA. **Por que Trump reconheceu Jerusalém como capital de Israel?**. Época Negócios Globo, 9 de dez. de 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/12/por-que-trump-reconheceu-jerusal-em-como-capital-de-israel.html>> . Acesso em: 3 jun. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Trump e Kim não chegam a acordo e encerram cúpula mais cedo no Vietnã**. 28 fev. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-02/trump-e-kim-nao-chegam-acordo-e-encerram-cupula-mais-cedo-no-vietna#>> Acesso em: 15 jun. 2021

AGÊNCIA EFE. **Biden agradece presidente da Argentina por esforços contra a crise climática**. 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/biden-agradece-presidente-da-argentina-por-esfor-os-contra-a-cri-se-climatica/50000243-4586894>> Acesso em: 25 set. 2021

AGENCIES IN WASHINGTON. **Rights groups appalled as Trump cuts US refugee admissions to record low**. The Guardian, 1 out. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2020/oct/01/trump-refugee-admissions-immigration>> Acesso em: 15 jul. 2021.

ALJAZEERA. **Blinken raises US concerns with China about Xinjiang, Hong Kong**. 11 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/6/11/blinken-raises-us-concerns-over-xinjiang-hong-kong-with-china>> Acesso em: 30 ago. 2021.

AP NEWS. **Transcript of Trump's speech at rally before US Capitol riot**. 13 jan. 2021. Disponível em: <<https://apnews.com/article/election-2020-joe-biden-donald-trump-capitol-siege-media-e79eb5164613d6718e9f4502eb471f27>> Acesso em: 10 set. 2021.

ASSOCIATED PRESS. **Inslee Blasts Trump for 'Fomenting Domestic Rebellion'**. US News, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/best-states/washington/articles/2020-04-17/inslee-blasts-trump-for-fomenting-domestic-rebellion>> Acesso em: 30 jun. 2021.

ATLANTIC COUNCIL. **Experts react: The US withdrawal from Afghanistan is complete. What's next?** 30 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/experts-react-the-us-withdrawal-from-afghanistan-is-complete-whats-next/>> Acesso em: 28 set. 2021

ATWOOD, Kylie; LEBLANC, Paul. **Biden administration won't seek to rejoin Open Skies Treaty after 2020 exit**. CNN Politics, 28 maio 2021. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2021/05/27/politics/open-skies-treaty-us-wont-rejoin-russia/index.html>> Acesso em: 26 set. 2021.

BALAGO, Rafael. **EUA não devem fechar acordo comercial com o Brasil, diz representante do governo Biden**. OCAA, 13 set. 2021. Disponível em:

<<https://ocaa.org.br/eua-nao-devem-fechar-acordo-comercial-com-o-brasil-diz-representante-do-governo-biden/>> Acesso em: 26 set. 2021

BASCHUK, Bryce. **Biden Picks Up Where Trump Left Off in Hard-Line Stances at WTO**. Bloomberg, 22 fev. 2021. Disponível em:

<<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-02-22/biden-picks-up-where-trump-left-off-in-hard-line-stances-at-wto>> Acesso em: 17 ago. 2021

BBC. **Por que a decisão de Trump de abandonar curdos na Síria é criticada até por republicanos**. 9 out. 2019. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49977955>> Acesso em: 18 jun. 2021.

BBC. **Invasão ao Congresso dos EUA: quatro pessoas morrem ; Biden fala em 'insurreição'**. 7 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55568031>> Acesso em: 1 ago. 2021.

BBC. **US and China trade officials hold 'candid' first talks of Biden era**. 27 maio 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-57264346>> Acesso em: 19 ago. 2021

BBC. **Eleições nos EUA: o que o Brasil ganhou e perdeu com a proximidade entre Bolsonaro e Trump**. 3 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54756985>> Acesso em: 25 set. 2021.

BBC NEWS. **Aukus: o que é o pacto militar anunciado por EUA, Reino Unido e Austrália para conter a China**. G1, 16 set. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/16/aukus-o-que-e-o-pacto-militar-anunciado-por-eua-reino-unido-e-australia-para-conter-a-china.ghtml>> Acesso em: 28 set. 2021

BEHNKE, Emilly. **Bolsonaro diz que governo Biden tem “quase uma obsessão” pela pauta ambiental**. Poder 360, 30 ago. 2021. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-governo-biden-tem-quase-uma-obsessao-pela-pauta-ambiental/>> Acesso em: 26 set. 2021

BLINKEN, Antony J.. **Putting Human Rights at the Center of U.S. Foreign Policy**. US Department of State, 24 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/putting-human-rights-at-the-center-of-u-s-foreign-policy/>> . Acesso em: 14 jun. 2021.

BOJIKIAN, Neusa; PONTES, Rúbia. **A GUERRA COMERCIAL E TECNOLÓGICA EUA-CHINA NO GOVERNO TRUMP E NA CHEGADA DE BIDEN** . Observatório Político dos Estados Unidos, 22 mar. 2021. Disponível em:

<<https://www.opecu.org.br/2021/03/24/a-guerra-comercial-e-tecnologica-eua-china-no-governo-trump-e-na-chegada-de-biden/#wpcf7-f49-o1>> Acesso em: 30 ago. 2021

BOMBERG, Elizabeth. **The environmental legacy of President Trump**. Routledge Taylor & Francis Group, 16 maio 2021. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01442872.2021.1922660>> Acesso em: 10 ago. 2021.

BORGES, Rebeca. **Trump diz que países de 3º mundo têm eleições mais honestas que as dos EUA.** Metrôpoles, 6 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/mundo/trump-diz-que-paises-de-3o-mundo-tem-eleicoes-mais-honestas-que-as-dos-eua>> Acesso em: 15 set. 2021.

BORGER, Julian. **'Downright dangerous':** Democrats' alarm as Trump stacks Pentagon with loyalists. The Guardian, 11 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2020/nov/11/downright-dangerous-democrat-alarm-a-s-trump-stacks-pentagon-with-loyalists>> Acesso em: 15 jul. 2021.

BORGER, Julian. **Trump declares US-Taliban talks 'dead' after cancelling Camp David meeting.** The Guardian, Washington, 9 set. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/sep/09/taliban-trump-afghanistan-us-talks-election-violence>> Acesso em: 16 jun. 2021

BREUNINGER, Kevin. **Biden says U.S. and Europe must push back against China's economic 'abuses and coercion'.** CNBC, 19 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2021/02/19/biden-says-us-and-europe-must-push-back-against-china-s-economic-abuses.html>> Acesso em: 17 ago. 2021.

BUENOS AIRES TIMES. **Foreign minister's IMF gaffe overshadows Fernández-Biden call.** 12 maio 2021. Disponível em: <<https://www.batimes.com.ar/news/argentina/foreign-ministers-imf-gaffe-overshadows-fernandez-biden-call.phtml>> Acesso em: 23 set. 2021

CAMPBELL, John. **Trump's Africa Policy Is Better Than It Looks.** Council on Foreign Relations, 6 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cfr.org/in-brief/trumps-africa-policy-better-it-looks>> Acesso em: 15 set. 2021.

CASTRO, José Roberto. **O que é a Parceria Transpacifico e qual o peso da saída dos EUA.** NEXO JORNAL, 24 de jan. de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/23/O-que-%C3%A9-a-Parceria-Transpac%C3%ADfico-e-qual-o-peso-da-sa%C3%ADda-dos-EUA>> Acesso em: 5 jun. 2021.

CERVO, Amado. **Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871).** In: SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** 2. ed. São Paulo: EDITORA SARAIVA, 2008. p. 42-75

CHALFANT, Morgan. **Trump diz que comandante iraniano foi morto para 'parar uma guerra'.** The Hill, 3 jan. 2020. Disponível em: <<https://thehill.com/homenews/administration/476700-trump-says-iranian-commander-was-killed-to-stop-a-war?rl=1>> Acesso em: 19 jun. 2021.

CHIKVAIDZE, David. Multilateralism: Its Past, Present and Future. **Cadmus**, United States of America, v. 4, n. 2, p. 127-133, jun./2020. Disponível em: <<http://www.cadmusjournal.org/article/volume-4/issue-2-part-2/multilateralism-its-past-present-and-future>> . Acesso em: 2 set. 2020.

CHINA BRIEFING. **US-China Relations in the Biden-Era: A Timeline**. 27 set. 2021.

Disponível em:

<<https://www.china-briefing.com/news/us-china-relations-in-the-biden-era-a-timeline/>>

Acesso em: 19 ago. 2021.

CNN BRASIL. **Roberto Azevêdo deixa direção da OMC**. 14 maio 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/business/roberto-azevedo-deixa-direcao-da-omc/>> Acesso

em: 19 jun. 2021

CNN BRASIL. **EUA se aproximam de líderes africanos para barrar avanço de China e Rússia**. 30 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-se-aproximam-de-lideres-africanos-para-barrar-avanco-de-china-e-russia/>> Acesso em: 17 set. 2021

CNN BRASIL. **Trump gera mal-estar ao usar termo ‘vírus chinês’ para se referir ao coronavírus**. 17 mar. 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-gera-mal-estar-ao-usar-termo-virus-chines-para-se-referir-ao-coronavirus/>> Acesso em: 25 jun. 2021.

CNN BRASIL. **“A democracia prevaleceu”**: leia discurso de posse de Joe Biden na íntegra. 20 jan. 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/a-democracia-prevaleceu-leia-discurso-de-posse-de-joe-biden-na-integra/>> Acesso em: 5 ago. 2021

COHEN, Zachary; KLEIN, Betsy. **Trump vetoes 3 bills prohibiting arms sales to Saudi Arabia**. 25 jul. 2019. Disponível em:

<<https://edition.cnn.com/2019/07/24/politics/saudi-arms-sale-resolutions-trump-veto/index.html>> Acesso em: 18 jun. 2021

COOK, Steven A. . **What’s Behind the New Israel-UAE Peace Deal?** Council on Foreign Relations, 17 ago. 2020. Disponível em:

<<https://www.cfr.org/in-brief/whats-behind-new-israel-uae-peace-deal>> Acesso em: 10 jul. 2021.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **The Presidential Candidates on the Trans-Pacific Partnership**. 30 jul. 2019. Disponível em:

<<https://www.cfr.org/article/presidential-candidates-trans-pacific-partnership>> Acesso em: 16 ago. 2021.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **The U.S. War in Afghanistan**. s.d.. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-war-afghanistan>. Acesso em: 10 set. 2021.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Trump’s Foreign Policy Moments**. Disponível em: <www.cfr.org/timeline/trumps-foreign-policy-moments> . Acesso em: 29 mai. 2021.

DAVIS, Bob. **U.S.-China Deal Could Upend the Way Nations Settle Disputes**. THE WALL STREET JOURNAL, 16 jan. 2020. Disponível em: <

<https://www.wsj.com/articles/u-s-china-deal-could-upend-the-way-nations-settle-disputes-11579211598>> . Acesso em: 5 jun. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Estados Unidos se retiram formalmente do Acordo de Paris.** 4 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/estados-unidos-se-retiram-formalmente-do-acordo-de-paris/a-55499307>> Acesso em: 4 jun. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Trump diz ter “autoridade total” para reabrir economia.** Poder 360, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/trump-diz-ter-autoridade-total-para-decidir-sobre-reabertura-da-economia-dw/>> Acesso em: 10 jul. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Iran nuclear deal talks: Top diplomats meet in Vienna.** 6 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/iran-nuclear-deal-talks-top-diplomats-meet-in-vienna/a-57106151>> Acesso em: 27 set. 2021

DEUTSCHE WELLE. **Trump demite secretário de Defesa.** 9 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/trump-demite-secret%C3%A1rio-de-defesa/a-55549684>> Acesso em: 15 jul. 2021.

DONCEL, Luis. **Bloqueio de Trump condena OMC à pior crise da sua história.** El País, 11 dez. 2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-11/bloqueio-de-trump-condena-omc-a-pior-crise-da-sua-historia.html>> Acesso em: 16 jun. 2021.

DOPCKE, Wolfgang. **Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918) In: SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** 2. ed. São Paulo: EDITORA SARAIVA, 2008. p. 77-129.

DUAN, Amber. **Can U.S.-Taliban Peace Talks End the War in Afghanistan?** Council on Foreign Relations, 14 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cfr.org/in-brief/can-us-taliban-peace-talks-end-war-afghanistan>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DUCHIADE, André. **EUA e China trocam acusações no dia da estreia de Biden no G-7.** O Globo, 11 jun. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eua-china-trocam-acusacoes-no-dia-da-estreia-de-biden-no-g-7-1-25057339>> Acesso em: 10 set. 2021.

DWYER, Colin. **U.S. Announces Its Withdrawal From U.N. Human Rights Council.** NPR, 19 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.npr.org/2018/06/19/621435225/u-s-announces-its-withdrawal-from-u-n-s-human-rights-council>> . Acesso em: 14 jun. 2021.

EFE. **Biden conversa com Xi Jinping sobre como evitar que a rixa entre Estados Unidos e China “leve a um conflito”.** El País, 10 set. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-10/joe-biden-conversa-com-xi-jinping-sobre-como-evitar-que-a-rixa-entre-estados-unidos-e-china-leve-a-um-conflito.html>> Acesso em: 13 set. 2021.

EFHL, C.; THIMM, J. Dispensing With the Indispensable Nation? Multilateralism minus One in the Trump Era. **Global Governance**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 23–46, 2019. DOI 10.1163/19426720-02501006. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=poh&AN=135033301&lang=pt-br&site=ehost-live>> Acesso em: 9 set. 2020.

EGGEL, Dominic. **Multilateralism is in crisis - Or is it?**. The Graduate Institute Geneva, abr. 2020. Disponível em: <<https://globalchallenges.ch/issue/7/multilateralism-is-in-crisis-or-is-it/>> . Acesso em: 9 set. 2020

EINHORN, Robert. **The rollout of the Biden administration's North Korea policy review leaves unanswered questions**. BROOKINGS, 4 maio 2021. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/05/04/the-rollout-of-the-biden-administrations-north-korea-policy-review-leaves-unanswered-questions/>> Acesso em: 1 set. 2021

ESTADO DE MINAS. **EUA pede que Paquistão 'alinhe-se' com a comunidade internacional antes de reconhecer Talibã**. 13 set. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/09/13/interna_internacional,1305233/eua-pede-que-paquistao-alinhe-se-com-a-comunidade-internacional-antes-de.shtml> Acesso em: 28 set. 2021

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2020: Donald Trump). **Discurso de posse**. Washington, 20, janeiro, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-donald-trump.ghtml>> Acesso em: 30 mai. 2021

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2020: Donald Trump). **Pronunciamento do Presidente Trump na 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova York, 19, setembro, 2017. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/pronunciamento-presidente-trump-na-72a-sessao-da-assembleia-geral-nacoes-unidas/>> Acesso em: 16 jun. 2021

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2020: Donald Trump). **Remarks by President Trump to the 75th Session of the United Nations General Assembly, September 22, 2020**. Washington, 22, set. 2020. Disponível em: <<https://it.usembassy.gov/remarks-by-president-trump-to-the-75th-session-of-the-united-nations-general-assembly-september-22-2020/>> Acesso em: 20 jun. 2021

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Interim National Security Strategic Guidance**. Mar. 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **National Security Strategy of the United States of America**. Dez. 2017.

EXECUTIVE DIGEST. **35: o número de vezes que Trump elogiou (e criticou) a China no combate à Covid-19**. 19 maio de 2020. Disponível em: <<https://executivedigest.sapo.pt/35-o-numero-de-vezes-que-trump-elogiou-e-criticou-a-china-no-combate-a-covid-19/>> Acesso em: 25 jun. 2021.

EXECUTIVE OFFICE OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. **Trade Policy Agenda and 2020 Annual Report**. 2021. Disponível em: <<https://ustr.gov/sites/default/files/files/reports/2021/2021%20Trade%20Agenda/Online%20PDF%202021%20Trade%20Policy%20Agenda%20and%202020%20Annual%20Report.pdf>> Acesso em: 30 set. 2021.

FELTER, Claire; CHEATAM, Amelia. **Can ‘Safe Third Country’ Agreements Resolve the Asylum Crisis?**. Council on Foreign Relations, 29 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cfr.org/in-brief/can-safe-third-country-agreements-resolve-asylum-crisis>> Acesso em: 16 jun. 2021.

FIROZI, Paulina. **Trump administration exits Open Skies treaty**. The Washington Post, 22 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/national-security/2020/11/22/trump-administration-exits-open-skies-treaty/>> Acesso em: 22 jul. 2021.

FONTDEGLÓRIA, Xavier. **Coreia do Norte ameaça responder às sanções com um “mar de fogo” sobre os EUA**. El País, 6 ago. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/06/internacional/1501997296_727688.html> . Acesso em: 9 jun. 2021.

FOX, Ben. **Trump leaves mark on immigration policy, some of it lasting**. AP News, 30 dez. 2020. Disponível em: <<https://apnews.com/article/joe-biden-donald-trump-politics-immigration-united-states-a5bfcbea280a468b431a02e82c15a150>> Acesso em: 20 ago. 2021.

FRANCE PRESSE. **Talibã ameaça Estados Unidos após Trump cancelar reunião secreta**. G1, 8 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/08/talibas-ameacam-os-eua-apos-trump-cancelar-reuniao-secreta.ghtml>> Acesso em: 16 jun. 2021.

FRANZONI, Marcela. **O futuro das relações México-Estados Unidos após a Era Trump**. Núcleo de Estudos e Análises Internacionais, 4 dez. 2020. Disponível em: <<https://neai-unesp.org/o-futuro-das-relacoes-mexico-estados-unidos-apos-a-era-trump/>> Acesso em: 20 set. 2021

G1. **EUA e China assinam fase 1 de acordo para aliviar guerra comercial**. 15 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/15/eua-e-china-assinam-fase-1-de-acordo-para-aliviar-guerra-comercial.ghtml>> Acesso em: 6 jun. 2021.

G1. **Manifestantes invadem área da embaixada dos EUA no Iraque; Trump responsabiliza Irã, mas país nega**. 31 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/31/manifestantes-tentam-invadir-embaixada-dos-eua-no-iraque.ghtml>> Acesso em: 19 jun. 2021

G1. **Jornal diz que Trump chama de 'buracos de merda' Haiti e outros países da América Central e África; ele nega**. 12 jan. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-chama-de-buracos-de-merda-haiti-e-outros-paises-da-america-central-e-africa.ghtml>> Acesso em: 15 set. 2021

G1. **Trump confirma morte de chefe do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi.** 27 out. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/27/trump-confirma-morte-de-chefe-do-estado-islamico-abu-bakr-al-baghdadi.ghtml>> Acesso em: 18 jun. 2021.

G1. **Trump reconhece Jerusalém como capital de Israel e ordena transferência de embaixada americana.** 6 dez. 2017. Disponível

em:<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-reconhece-jerusalem-como-capital-de-israel.ghtml>> . Acesso em: 3 jun. 2021.

G1. **Trump anuncia que vai suspender verba dos EUA para OMS.** 14 abr. 2020.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/14/trump-anuncia-que-ira-suspender-verba-para-oms.ghtml>> Acesso em: 10 jul. 2021.

G1. **Trump insiste que não aceitará vitória de Biden; apoiadores invadem Capitólio contra certificação da vitória democrata no Congresso.** 6 jan. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2021/01/06/apoiadores-de-trump-protestam-contracertificacao-da-vitoria-de-biden-pelo-congresso.ghtml>> Acesso em: 1 ago. 2021.

G1. **Veja a cronologia da invasão do Congresso dos Estados Unidos por apoiadores de Trump.** 6 jan. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/06/veja-a-cronologia-da-invasao-do-congresso-dos-estados-unidos-por-apoiadores-de-trump.ghtml>> Acesso em: 1 ago. 2021

GARRISON, Cassandra; SHALAL, Andrea. **Trump pick for Latam bank poised for win after regional opposition fades.** REUTERS, 9 set. 2020. Disponível

em:<<https://www.reuters.com/article/us-latam-usa-bank-idUSKBN2603AP>> Acesso em: 23 set. 2021

GAZZONI, Marina; TREVIZAN, Karina; ALVARENGA, Darlan. **EUA impõem sobretaxa de 25% ao aço importado e 10% ao alumínio.** G1, 8 mar. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/eua-impoem-sobretaxa-de-25-ao-aco-importado-e-10-ao-aluminio.ghtml>> Acesso em: 15 jun. 2021.

GHITIS, Frida. **Trump or Biden: Who's Better for Latin America?.** World Politics Review, 29 out. 2020. Disponível em:

<<https://www.worldpoliticsreview.com/articles/29175/trump-or-biden-who-s-better-for-latin-america>> Acesso em: 20 set. 2021

GORDON, Philip H. **Trump's Lopsided Mideast Peace Plan.** Council on Foreign Relations, 28 jan. 2020. Disponível em:

<<https://www.cfr.org/in-brief/trumps-lopsided-mideast-peace-plan>> Acesso em: 21 jun. 2021.

GOVERNO BRASILEIRO. **Brasil reafirma compromisso com meio ambiente em carta enviada aos EUA.** 15 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/04/brasil-reafirma-com-promisso-com-meio-ambiente-em-carta-enviada-aos-eua>> Acesso em: 26 set. 2021

HARB, Ali. **Iran nuclear deal: What's next for the JCPOA?** ALJAZEERA, 3 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.aljazeera.com/news/2021/9/3/iran-nuclear-deal-whats-next-for-the-jcpoa>>

Acesso em: 28 set. 2021.

HASHEMI, Sayed *et al.* **Kabul airport attack kills 60 Afghans, 13 US troops.** AP News, 26 ago. 2021. Disponível em:

<<https://apnews.com/article/europe-france-evacuations-kabul-9e457201e5bbe75a4eb1901fedeee7a1>> Acesso em: 10 set. 2021.

HISTORY. **Potsdam Conference.** 18 maio 2021. Disponível em:

<https://www.history.com/topics/world-war-ii/potsdam-conference>. Acesso em: 22 abr. 2021.

HOBSBAWN, Eric J.. **A ERA DAS REVOLUÇÕES: 1789-1848.** 33. ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2015. p. 4-1357.

HOLLAND, Steve; NICHOLS, Michelle; REUTERS. **Trump anuncia rompimento dos Estados Unidos com a OMS.** Agência Brasil, 29 maio 2020. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/reuterinternacional/noticia/2020-05/trump-anuncia-rompimento-dos-estados-unidos-com-oms>> Acesso em: 10 jul. 2021.

HUDSON, John; NAKASHIMA, Ellen. **The bilateral relationship between the US and China is a key piece for the US government, in the context of North Korea, due to its economic and political influence over the country.** The Washington Post, 30 abr. 2021.

Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/national-security/biden-administration-forges-new-path-on-north-korea-crisis-in-wake-of-trump-and-obama-failures/2021/04/30/c8bef4f2-a9a9-11eb-b166-174b63ea6007_story.html> Acesso em: 30 ago. 2021

HUDSON, John; NAKASHIMA, Ellen. **Biden administration forges new path on North Korea crisis in wake of Trump and Obama failures.** The Washington Post, 30 abr. 2021.

Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/national-security/biden-administration-forges-new-path-on-north-korea-crisis-in-wake-of-trump-and-obama-failures/2021/04/30/c8bef4f2-a9a9-11eb-b166-174b63ea6007_story.html> Acesso em: 1 set. 2021

HURLEY, Lawrence; HESSON, Ted. **Supreme Court requires Biden to revive Trump's 'remain in Mexico' immigration policy.** REUTERS, 25 ago. 2021. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/world/us/us-supreme-court-requires-biden-revive-trump-era-remain-mexico-immigration-2021-08-24/>> Acesso em: 22 ago. 2021.

JÁUREGUI, Camilo Zambrano. EL MULTILATERALISMO ACTUAL: CRISIS Y DESAFÍOS. **Revista de Relaciones Internacionales Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v. 8, n. 1, p. 45-60, jun./2013.

JINPING, Xi. **Statement by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At the General Debate of the 75th Session of The United Nations General Assembly.**

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1817098.shtml> Acesso em: 15 ju. 2021.

LIPTAK, Kevin. **Trump takes 20 steps into North Korea, making history as first sitting US leader to enter hermit nation.** CNN, 30 jun. 2019. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/06/29/politics/kim-jong-un-donald-trump-dmz-north-korea/index.html>> . Acesso em: 14 jun. 2021.

KAMARCK, Elain. **Can Biden pass immigration reform? History says it will be tough.** Brookings, 22 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/fixgov/2021/06/22/can-biden-pass-immigration-reform-history-says-it-will-be-tough/>> Acesso em: 22 ago. 2021.

KANT, Immanuel. **A PAZ PERPÉTUA: Um Projeto Filosófico.** Traduzido por: Artur Morão. 70. ed. Lisboa: [s.n.], 1988. p. 3-53.

KAPLAN, Thomas; RAPPEPORT, Alan. **Businesses Push Biden to Develop China Trade Policy.** The New York Times, 4 out. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/09/01/business/economy/biden-china-trade-policy.html>> Acesso em: 20 ago. 2021

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence.** 3. ed. United States: Pearson, 2000. p. 1-352.

KRASNER, Stephen D.. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, Massachusetts Institute of Technology, v. 36, n. 2, p. 185-205, abr./1982. Disponível em: <http://ir.rochelleterman.com/sites/default/files/krasner%201982.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

KUMAR, Anita. **Biden railed against Trump's immigration policies, now defends them in courts.** POLITICO, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/2021/08/10/biden-trump-immigration-policies-503108>> Acesso em: 22 ago. 2021.

LABORDE, Antonia; MONGE, Yolanda; SÁNCHEZ-VALLEJO, María; BEAUREGARD, Luis. **100 dias de Biden, uma profunda mudança de rumo nos Estados Unidos.** El País, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-26/100-dias-de-biden-uma-profunda-mudanca-de-rumo-nos-estados-unidos.html>> Acesso em: 10 ago. 2021

LAMMERTYN, Marina. **Argentine President-elect Fernandez holds call with Trump.** REUTERS, 1 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-argentina-election-trump-idUSKBN1XB530>> Acesso em: 23 set. 2021

LESTER, Simon. **Katherine Tai on Labor Issues in the USMCA and at the WTO.** International Economic Law and Policy Blog, 10 jun. 2021. Disponível em: <<https://ielp.worldtradelaw.net/2021/06/katherine-tai-on-labor-issues-in-the-usmca-and-at-the-wto.html>> Acesso em: 17 ago. 2021

LIPTAK, Kevin. **Bush, Obama, Trump, Biden**: como 4 presidentes criaram a confusão atual no Afeganistão. CNN Brasil, 24 ago. 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/bush-obama-trump-biden-como-4-presidentes-criaram-a-confusao-atual-no-afeganistao/>> Acesso em: 10 set. 2021.

LIPTAK, Kevin. **Trump takes 20 steps into North Korea, making history as first sitting US leader to enter hermit nation**. CNN, 30 jun. 2019. Disponível em: <

<https://edition.cnn.com/2019/06/29/politics/kim-jong-un-donald-trump-dmz-north-korea/index.html>> . Acesso em: 14 jun. 2021.

LYNCH, Colum. **Despite U.S. Sanctions, Iran Expands Its Nuclear Stockpile**. Foreign Policy, 8 maio 2020. Disponível em:

<<https://foreignpolicy.com/2020/05/08/iran-advances-nuclear-program-withdrawal-jcpoa/>> Acesso em: 16 jun. 2021

LYNCH, David J.; PALETTA, Damian. **Trump announces steel and aluminum tariffs Thursday over objections from advisers and Republicans**. The Washington Post, 1 mar. 2018. Disponível em: <

<https://www.washingtonpost.com/news/business/wp/2018/03/01/white-house-planning-major-announcement-thursday-on-steel-and-aluminum-imports/>> . Acesso em: 5 jun. 2021.

MANZANO, Fabio. **EUA concluem retirada das tropas do Afeganistão após 20 anos de ocupação**. G1, 30 ago. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/eua-concluem-retirada-das-tropas-do-afeganistao.ghtml>> Acesso em: 15 set. 2021

MAO, Frances. **Aukus**: Australia's big gamble on the US over China. BBC, 22 set. 2021.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-australia-58635393>> Acesso em: 30 set. 2021

MARS, Amanda. **Trump ameaça a Coreia do Norte “com fogo e fúria jamais vistos no mundo”**. El País, 8 ago. 2017. Disponível em: <

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/08/internacional/1502219237_304327.html> . Acesso em: 9 jun. 2021.

MASTERS, Jonathan; MERROW, William. **How Is the U.S. Military Pivoting in Europe?** Council on Foreign Relations, 23 set. 2020. Disponível em:

<<https://www.cfr.org/in-brief/how-us-military-pivoting-europe>> Acesso em: 10 jul. 2021.

MCTAGUE, Tom. **Joe Biden’s New World Order**. The Atlantic, 16 set. 2021. Disponível em:

<<https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/09/us-uk-australia-china/620094/>> Acesso em: 30 set. 2021.

MEARSHEIMER, John T. The False Promise of International Institutions. **International Security**, Harvard, v. 19, n. 3, p. 5-49, dez./1994.

MENEZES, Henrique; BORGES, Luciana. TRUMP E A PANDEMIA DE COVID-19: NACIONALISMO, EVASÃO E AMEAÇAS AO MULTILATERALISMO. **Panorama EUA**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 4-13, mai./2020. Disponível em:

<<https://www.opecu.org.br/2020/05/31/trump-e-a-pandemia-de-covid-19-unilateralismo-e-os-iscos-de-enfraquecimento-do-multilateralismo/>> Acesso em: 11 set. 2020.

MOREIRA JR., Hermes. **O Governo de George W. Bush e sua Guerra Contra o Terror: Nova orientação tática à estratégia norte-americana.** Marília, 2011. p. 1-168. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Disponível em:

<http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/download/1339258390_ARQUIVO_dissertacao-hermesmoreirajunior.pdf> Acesso em: 15 abr. 2021

NEGIN, Elliott. **Trump ignores science at our peril.** The Hill, 28 mar. 2020. Disponível em: <<https://thehill.com/opinion/energy-environment/489979-trump-ignores-science-at-our-peril?rl=1>> Acesso em: 30 jun. 2021.

NEUMAN, Scott. **U.S. Won't Join WHO-Led Coronavirus Vaccine Effort, White House Says.** NPR, 2 set. 2020. Disponível em:

<<https://www.npr.org/sections/coronavirus-live-updates/2020/09/02/908711419/u-s-wont-join-who-led-coronavirus-vaccine-effort-white-house-says>> Acesso em: 10 jul. 2021.

NHK. **Trump anuncia plano de paz para o Oriente Médio.** Agência Brasil, 29 jan. 2020.

Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-01/trump-anuncia-plano-de-paz-para-o-orientes-medio>> Acesso em: 21 jun. 2021.

NICHOLS, Michelle; ARMAS, Mayela. **U.S. calls on world to 'pick a side' on Venezuela; Europeans set to recognize Guaido.** Reuters, 26 de jan. de 2019 Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-idUSKCN1PK0PL>> Acesso em: 15 jun. 2021.

NOUR, Soraya. Os Cosmopolitas: . Kant e os “Temas Kantianos” em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 7-46, jan./2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a01.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

NPR. **Capitol Insurrection Updates.** 2021. Disponível em:

<<https://www.npr.org/sections/insurrection-at-the-capitol>> Acesso em: 22 jul. 2021.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **One-Year Anniversary of the United States-Mexico-Canada Agreement Trilateral Joint Statement.** 7 jul. 2021.

Disponível em:

<<https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2021/july/one-year-anniversary-united-states-mexico-canada-agreement-trilateral-joint-statement>> Acesso em: 16 ago. 2021.

OLADIPO, Doyinsola; SHALAL, Andrea. **Biden revives Trump's Africa business initiative; focus on energy, health.** REUTERS, 27 jul. 2021. Disponível

em: <<https://www.reuters.com/business/biden-revives-trumps-africa-business-initiative-eyes-future-digital-project-2021-07-27/>> Acesso em: 17 set. 2021

PAREDES, Noberto. **Por que a morte de Qasem Soleimani é mais impactante que a de Osama bin Laden.** BBC, 7 jan. 2020. Disponível em:
<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51015111>> Acesso em: 21 jun. 2021.

PEÑALOZA, Marisa. **Trump Supporters Storm U.S. Capitol, Clash With Police.** NPR, 6 jan. 2021. Disponível em:
<<https://www.npr.org/sections/congress-electoral-college-tally-live-updates/2021/01/06/953616207/diehard-trump-supporters-gather-in-the-nations-capital-to-protest-election-resul>>
Acesso em 22 jul. 2021

PODER 360. **EUA e China trocam acusações em 1º encontro da Era Biden.** 19 mar. 2021. Disponível em:
<<https://www.poder360.com.br/internacional/eua-e-china-trocam-acusacoes-em-1o-encontro-da-era-biden/>> Acesso em: 22 ago. 2021.

PODER 360. **Suprema Corte dos EUA decide por retomada de política de imigração de Trump.** 25 ago. 2021. Disponível em:
<<https://www.poder360.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-decide-por-retomada-de-politica-de-imigracao-de-trump/>> Acesso em: 22 ago. 2021.

POLITIZE. **Entenda o acordo histórico anunciado entre Israel e Emirados Árabes.** 12 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/acordo-israel-emirados-arabes/>>
Acesso em: 15 jul. 2021.

POLITIZE. **Estados Unidos e Coreia do Norte: entenda a relação!** 16 set. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/estados-unidos-e-coreia-do-norte/>> . Acesso em: 11 jun. 2021.

POTY, Italo Barreto. Ordem Liberal Internacional e Grande Estratégia Americana (1991-2017): mudanças e continuidades. **Conjuntura austral**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 57, p. 23-37, jan./2021.

PRADO, Paola Gonçalves Rangel do. **O MULTILATERALISMO E OS EUA:** de Clinton a Obama. São Paulo, 2017. p. 47-73. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151932/prado_pgr_dr_mar.pdf?sequenc e=3&isAllowed=y> . Acesso em: 30 out. 2020.

REUTERS. **Casa Branca confirma que EUA pressionaram Brasil sobre Huawei na rede 5G.** G1, 10 ago. 2021. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/08/10/casa-branca-confirma-que-eu-a-pressionaram-brasil-sobre-huawei-na-rede-5g.ghtml>> Acesso em: 25 set. 2021

REUTERS. **Entenda:** O que pode acontecer após os EUA deixarem o Afeganistão? G1, 30 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/entenda-o-que-pode-acontecer-apos-os-eua-d-eixarem-o-afeganistao.ghtml>> Acesso em: 15 set. 2021

REUTERS. **EUA fazem ataques no Iraque e Síria contra milícias xiitas apoiadas pelo Irã.** G1, 29 dez. 2019. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/29/eua-fazem-ataques-no-iraque-e-siria-contras-milicias-xiitas-apoiadas-pelo-ira.ghtml>> Acesso em: 19 jun. 2021.

REUTERS; HOLLAND, Steve. **Biden keeps U.S. refugee cap at Trump-era 15,000 - for now.** REUTERS, 16 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/world/americas/biden-keeps-us-refugee-cap-15000-rather-than-raise-it-official-2021-04-16/>> Acesso em: 22 ago. 2021.

SALVI, Rafael. **O que a delegação de Biden vai fazer na Argentina, Uruguai e Colômbia.** Gazeta do povo, 12 abr. 2021. Disponível

em:<<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/o-que-a-delegacao-de-biden-vai-fazer-na-argentina-uruguai-e-colombia/>> Acesso em: 25 set. 2021

SANCHES, Mariana. **O xadrez nos EUA envolvendo a decisão de Trump de atacar general do Irã.** BBC, 5 jan. 2020. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50990841> > Acesso em: 19 jun. 2021

SANDNER, Philipp. **US-Africa policy: President Joe Biden seeks to turn a new leaf.** DW, 29 abr. 2021. Disponível em:

<<https://www.dw.com/en/us-africa-policy-president-joe-biden-seeks-to-turn-a-new-leaf/a-57379037>> Acesso em: 17 set. 2021

SANGER, David E. **Trump Will Withdraw From Open Skies Arms Control Treaty.** The New York Times, 21 maio 2020. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2020/05/21/us/politics/trump-open-skies-treaty-arms-control.html>> Acesso em: 22 jul. 2021.

SARAIVA, J. F. S. **A agonia européia e a gestação da nova ordem internacional (1939-1947).** In: SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** 2. ed. São Paulo: EDITORA SARAIVA, 2008. p. 170-195.

SEINTENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais.** 5. ed. Porto Alegre: livraria do ADVOGADO, 2012.

SHIN, Mitch. **North Korea Issues Warning Over South Korea-US Joint Military Exercises.** The Diplomat, 12 ago. 2021. Disponível em:

<<https://thediplomat.com/2021/08/north-korea-issues-warning-over-south-korea-us-joint-military-exercises/>> Acesso em: 1 set. 2021.

SHIN, Mitch. **US Special Envoy for North Korea Visits South Korea.** The Diplomat, 24 ago. 2021. Disponível em: <

<https://thediplomat.com/2021/08/us-special-envoy-for-north-korea-visits-south-korea/>> Acesso em: 1 set. 2021.

SPUTNIK. **Retirada da OTAN do Afeganistão dependerá dos níveis de violência, diz Stoltenberg.** 16 fev. 2021. Disponível em: <

https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2021021516960577-retirada-da-otan-do-afeganistao-dependera-dos-niveis-de-violencia-diz-stoltenberg/> Acesso em: 10 set. 2021

SOEST, Christian. **The End of Apathy: The New Africa Policy under Joe Biden.** German Institute for Global and Area Studies, 2, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.giga-hamburg.de/en/publications/24204746-apaty-africa-policy-under-biden/>> Acesso em: 17 set. 2021.

SOUTH CHINA MORNING POST. **What is the US-China trade war?.** 13 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3078745/what-us-china-trade-war-how-it-started-and-what-inside-phase> . Acesso em: 6 jun. 2021.

TAKIUCHI, Matheus. A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA “DOCTRINA TRUMP” E A ORDENAÇÃO MUNDIAL. **Investigação Científica nas Ciências Humanas.** Paraná, v. 1, p. 23-34. 2019.

TAYLOR, Derrick Bryson. **A Timeline of the Coronavirus Pandemic.** The New York Times, 17 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/article/coronavirus-timeline.html>> Acesso em: 30 jun. 2021.

TRUMP, B.D.; LINKOV, I. **Risk and resilience in the time of the COVID-19 crisis.** Environ Syst Decis 40, p. 171–173, jun. 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10669-020-09781-0#citeas>> Acesso em: 25 jun. 2021.

US DEPARTMENT OF STATE. **Key Outcomes at the 46th Session of the UN Human Rights Council.** 24 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/key-outcomes-at-the-46th-session-of-the-un-human-rights-council/>> Acesso em: 17 set. 2021.

US DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Relations With Mexico.** 16 set. 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-mexico/>> Acesso em: 20 set. 2021

VOLCOVICI, Valerie; MASON, Jeff; GARDNER, Timothy. **Biden’s climate summit zeroes in on technology to help fight global warming.** REUTERS, 23 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/environment/bidens-climate-summit-zeroes-technology-help-fight-global-warming-2021-04-23/>> Acesso em: 10 ago. 2021.

WHITE HOUSE. **FACT SHEET: U.S. - México Bilateral Cooperation.** 8 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/08/fact-sheet-u-s-mexico-bilateral-cooperation-2/>> Acesso em: 20 set. 2021

WHITE HOUSE. **FACT SHEET: The Biden Administration Blueprint for a Fair, Orderly and Humane Immigration System.** 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/07/27/fact-sheet-the-biden-administration-blueprint-for-a-fair-orderly-and-humane-immigration-system/>> Acesso em: 15 set. 2021.

WHITE HOUSE. **Joe Biden:** el presidente. s.d. . Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/es/administracion/presidente-biden/>> Acesso em: 5 ago. 2021

WHITE HOUSE. **Remarks by President Biden and Prime Minister Suga of Japan at Press Conference.** 16 abr. 2021. Disponível em: <
<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/04/16/remarks-by-president-biden-and-prime-minister-suga-of-japan-at-press-conference/>> Acesso em: 30 ago. 2021.

WHITE HOUSE. **Remarks by President Biden on the Terror Attack at Hamid Karzai International Airport.** 26 ago. 2021. Disponível em:
 <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/08/26/remarks-by-president-biden-on-the-terror-attack-at-hamid-karzai-international-airport/>> Acesso em: 10 set. 2021.

WHITE HOUSE. **Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announcing the Creation of AUKUS.** 15 set. 2021. Disponível em:
 <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aucus/>> Acesso em: 28 set. 2021

WIKE, Richard. **The Trump era has seen a decline in America's global reputation.** Pew Research Center, 19 nov. 2020. Disponível em:<
<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/11/19/the-trump-era-has-seen-a-decline-in-americas-global-reputation/>> Acesso em: 3 out. 2021.

WILKIE, Christina. **Biden rejects Trump's approach to North Korea, says he won't give Kim Jong-UN "international recognition".** CNBC, 22 maio 2021. Disponível em:
 <<https://www.cnbc.com/2021/05/21/biden-rejects-trumps-approach-to-north-korea.html>> Acesso em: 1 set. 2021

WORLD POLITICS REVIEW. **U.S. Foreign Policy Under Biden.** 10 set. 2021. Disponível em:
 <<https://www.worldpoliticsreview.com/insights/29534/with-biden-s-foreign-policy-us-seeks-to-reclaim-its-global-standing>> Acesso em: 20 set. 2021

YAMEY, Gavin; GONSALVES, Gregg. **Donald Trump: a political determinant of covid-19.** BMJ, 369, 24 abr. 2020. Disponível em:
<https://www.bmj.com/content/369/bmj.m1643>. Acesso em: 30 jun. 2021.

YOUNG, Jeremy; WEI, Tan. **Trump-Kim summit: Leaders sign 'comprehensive' document; Kim says world will see major change.** THE STRAITS TIMES, 12 jun. 2018. Disponível em: <
<https://www.straitstimes.com/singapore/trump-kim-summit-historic-meeting-to-take-place-to-day-in-singapore>> . Acesso em: 11 jun. 2021.